



ENTREVISTA: JOSÉ RICHÁ FILHO

paraná cooperativo

Ano 6
Número 69
Junho • 2011



INFRAESTRUTURA:

QUEM PAGA A CONTA?

**Gargalos no porto e em rodovias,
ferrovias e aeroportos causam grandes
prejuízos ao setor produtivo**





O horizonte é mais promissor
para quem tem parcerias
sustentadas na confiança.



47 anos crescendo com o produtor rural.

Competitividade ameaçada



João Paulo Koslovski

Presidente do Sistema OCEPAR

O Paraná está encerrando a colheita da safra de verão com um volume total de 33 milhões de toneladas de grãos, número que mantém o Estado no posto de maior produtor nacional, com uma participação de 20,4%, seguido do Mato Grosso, com 19,3%, e Rio Grande do Sul, com 17,8%. Uma notícia que foi bem recebida pelas cooperativas de produção do Paraná, as quais industrializam e comercializam boa parte da produção agrícola estadual.

Da porteira para dentro, o agricultor faz a lição de casa, investindo em tecnologia para ter volume e qualidade de produção. Também as cooperativas desempenham bem o seu papel oferecendo apoio ao produtor rural, através de assistência técnica especializada e buscando identificar oportunidades de negócios, o que inclui investir constantemente em qualidade, agregando valor aos grãos e abrindo novas frentes de mercado.

Infelizmente, porém, os problemas surgem quando a produção agrícola deixa os armazéns das cooperativas rumo ao seus destinos finais. Os gargalos na infraestrutura paranaense causam grandes prejuízos à agricultura, basta considerar o custo diário de até US\$ 50 mil pago por um navio que fica parado no porto de Paranaguá, muitas vezes aguardando mais de um mês para atracar, e cuja conta é paga pelos importadores e, inevitavelmente, repassada, até chegar na ponta, ou seja, nas cooperativas e nos produtores.

No Porto de Paranaguá os problemas são velhos conhecidos. Faltam equipamentos mais modernos para dar maior velocidade no embarque de cargas. Faltam obras, como a construção do Cais Oeste, o que abriria espaço para mais quatro navios atracarem no terminal. Falta fazer a dragagem de manutenção e aprofundamento, possibilitando que navios de maior porte possam chegar ao porto. Enfim, falta transformar em realidade anseios há muito tempo acumulados por aqueles que acreditam no agronegócio paranaense e trabalham com afinco para levar os produtos paranaenses mundo afora.

Nas estradas, as demandas também são emergenciais. De uma lista de 14 obras que consideramos fundamentais, e que podem ser conferidas nesta edição da Revista Paraná Cooperativo, apenas cinco estão con-

templadas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Há também o problema do pedágio, cujo custo é muito elevado comparativamente à qualidade das estradas. O peso é maior que a própria tributação em cima de alguns produtos, o que faz com que o setor produtivo perca competitividade. Se colocarmos na ponta do lápis, constatamos que o alto custo do pedágio tem impacto nos custos de produção que pode chegar a 7,6% para o caso do milho e de 4,6% no caso da soja. Isto deprecia a renda do produtor rural e desestimula novos investimentos nas regiões mais distantes do porto, prejudicando assim um desenvolvimento regional equilibrado no Paraná.

O Porto de Paranaguá, as estradas, o pedágio, a energia, enfim, as questões de infraestrutura nos causam muita preocupação, motivo pelo qual destacamos o assunto em nossa revista. É importante lembrar que há tempos chamamos a atenção para os problemas logísticos do nosso Estado. Mas a situação está chegando a um limite, porque a competitividade que tanto almejamos e que de forma vitoriosa estamos alcançando graças aos esforços de nossos produtores e cooperativas, está ameaçada diante dos gargalos que se acumulam em todos os modais.

Ao falar sobre esse assunto, estamos renovando o alerta para um problema que, se não é novo, só tende a crescer. Se as demandas em infraestrutura não forem solucionadas, terão um peso negativo crescente não apenas na renda de quem produz alimentos no Paraná, mas também para transportadores, importadores, enfim, para o Estado e toda a sociedade paranaense.

A competitividade do agronegócio paranaense está em perigo porque depende de melhorias das condições das estradas, dos portos e da redução dos preços dos pedágios, energia, etc. Se o governo quer que esse setor mantenha-se competitivo, consequentemente, gerando mais empregos e renda para a população, então tem que atuar como parceiro de fato, desempenhando sua parte no tripé que sustenta esse grande agente de desenvolvimento, que é o agronegócio. E tem que fazer isso rápido, antes que as outras duas partes (produtores e cooperativas) sejam penalizadas e percam competitividade, com enormes prejuízos a toda nossa economia.

Os gargalos na infraestrutura

Um caminhão que transportou grãos do interior do Estado até o Porto de Paranaguá teve o preço do frete elevado em R\$ 40,00/tonelada nos meses de fevereiro, março e abril de 2011, por conta do tempo que os motoristas precisam esperar na fila para desembarcar a carga. No porto, um embarque de containers que normalmente levaria uma hora para ser realizado, chega a ser feito em até sete horas porque há equipamentos quebrados ou porque são priorizadas outras operações, como o desembarque dos navios que, por sua vez, ficam atracados por mais de trinta dias pagando uma diária de até US\$ 50 mil. Nas rodovias, além da necessidade de obras urgentes, há o problema do custo alto do pedágio. Segundo recente estudo da Ocepar, uma carreta de seis eixos que sai de Foz do Iguaçu para Paranaguá vai deixar - só na ida - R\$ 442 em 10 praças de pedágio do anel de integração concedido pelo governo do Estado à iniciativa privada em 1997. Num percurso equivalente, de 720 quilômetros, entre Florianópolis e São Paulo, a mesma carreta vai pagar R\$ 103 em 11 praças. Somente no ano passado, o agronegócio paranaense pagou R\$ 126 milhões em pedágio para exportar 13,6 milhões de toneladas de grãos.

A infraestrutura paranaense é o assunto da matéria especial desta edição da Revista Paraná Cooperativo que para ampliar ainda mais o debate em torno do tema, traz também uma entrevista com o secretário estadual de Infraestrutura José Richa Filho. A finalidade é atualizar as discussões, já que as demandas em infraestrutura não chegam a ser um tema novo na publicação. Quais as obras consideradas emergenciais? Qual o volume de investimento previsto para solucionar as questões? E qual o tamanho da conta paga pelo setor produtivo, tanto com as deficiências no porto quanto com o pagamento do pedágio? Essas e outras questões foram abordadas na matéria que traz ainda um panorama sobre a participação das cooperativas no volume de cargas embarcadas no porto, com destaque para os terminais da Coamo e da Cotriguaçu.

Completam a edição diversos outros assuntos de interesse do cooperativismo, a exemplo da matéria sobre os investimentos do setor em meio ambiente. Em sete anos, o montante aplicado saltou de R\$ 11,9 milhões para R\$ 70 milhões, o que mostra o forte compromisso das cooperativas com as questões ambientais.

O lançamento do Plano Safra 2011/2012, a realização do 19º Suespar, evento promovido pela Unimed em Foz do Iguaçu, e a preocupação do setor lácteo paranaense com a importação de leite, também são assuntos desta Revista Paraná Cooperativo.

Boa leitura!

06



Entrevista: o secretário estadual de Infraestrutura José Richa Filho fala sobre os gargalos logísticos do Paraná e conta os planos do governo para solucionar os problemas



10

Especial: as deficiências do Porto de Paranaguá, as demandas emergenciais em rodovias e ferrovias e o alto custo do pedágio ameaçam competitividade e causam grandes prejuízos ao setor produtivo

24



Governo: dirigentes comentam sobre a escolha da senadora paranaense Gleisi Hoffmann para o cargo de ministra da Casa Civil

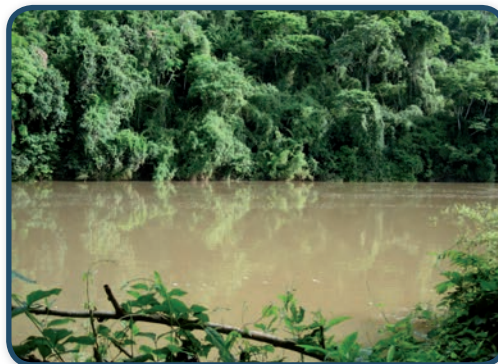
30 Frimesa constrói Parque Ambiental com recursos gerados com a venda de resíduos



26

Plano Safra 2011/2012: Governo Federal destina R\$ 4 bilhões para o Prodecoop e Procap-Agro; no geral volume de recursos ficou abaixo do esperado

28



Meio Ambiente: cooperativas ampliam investimentos e aumentam leque de ações em diversas áreas, a exemplo de reflorestamento, tratamento de efluentes e educação ambiental



32

Capacitação: cooperativismo paranaense terá pós-graduação em energia renovável; objetivo é preparar profissionais para desenvolverem projetos inovadores voltados a geração de biogás

33 Cooperativismo cobra medidas contra importação de leite

38 19º Suespar reúne quase mil participantes em Foz do Iguaçu

DIRETORIA DA OCEPAR

Presidente

João Paulo Koslovski

Diretores

José Aroldo Gallassini
 Jorge Karl
 Manfred Alfonso Dasenbrock
 Orestes Barrozo Medeiros Pullin
 Paulino Capelin Fachin
 Renato José Beleze
 Valter Vanzella
 Alfredo Lang
 Carlos Yoshio Murate
 José Fernandes Jardim Júnior
 Luiz Roberto Baggio
 Marino Delgado
 Renato João de Castro Greidanus
 Ricardo Silvio Chapla

Conselho Fiscal Titulares

Miguel Rubens Tranin
 Gaspar de Geus
 Paulo Henrique Cariani

Suplentes

Antônio Sérgio de Oliveira
 Valdir Luiz Ferst

Superintendente

José Roberto Ricken

Superintendente Adjunto:

Nelson Costa

DIRETORIA DO SESCOOP/PR

Presidente

João Paulo Koslovski

Conselho Administrativo Titulares

Jorge Karl
 Jaime Basso
 Soraya Galvão
 Wilson Thiesen

Suplentes

Alvaro Jabur
 Valter Vanzella
 Prentice Baltazar Júnior
 Renato Nóbile

Conselho Fiscal Titulares

Luiz Humberto de Souza Daniel
 Edvino Schadeck
 Amilton Pires Ribas

Suplentes

Luiz Roberto Baggio
 Sebaldo Waclawosky
 Marcos Antonio Primão

Superintendente

José Roberto Ricken

EXPEDIENTE

Revista Paraná Cooperativo:

Assessoria de Imprensa do Sistema Ocepar/Sescoop/PR.
Editor Responsável: Samuel Zanella Milléo Filho (DRT/PR 3041) **Edição e Redação:** Ricardo Rossi, Marli Vieira e Lucia Massae Suzukawa. **Diagramação:** Israel Felipe Silva. **Fotos Capa:** Assessoria Ocepar. **Conselho Editorial:** João Paulo Koslovski, José Roberto Ricken, Nelson Costa, Flávio Turra, Gerson Lauermann, Leonardo Boesche, Samuel Zanella Milléo Filho. **CTP e impressão:** Gráfica Radial. **Redação:** Av. Cândido de Abreu, 501, CEP 80530-000, Centro Cívico, Curitiba - Paraná. **Telefone:** (41) 3200-1100 / (41) 3200-1109. **Endereço Eletrônico:** imprensa@ocepar.org.br **Página na Internet:** www.ocepar.org.br **As matérias desta publicação podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte.**

José Richa Filho

Secretário Estadual da Infraestrutura e Logística

Não há tempo a perder

Cercado de mapas do Paraná, José Richa Filho, o Pepe, avalia os inúmeros projetos para a melhoria da infraestrutura do estado. O desafio é imenso, mas instigante, garante o secretário que tem a responsabilidade de tirar do papel obras de modernização de portos, estradas, ferrovias e aeroportos. Muitas são as possibilidades, e maiores ainda as expectativas dos setores produtivos paranaenses, que aguardam investimentos e soluções urgentes. Não há mais tempo a perder, pois o colapso logístico é um

cenário cada vez menos distante. Em sua sala no segundo andar do histórico edifício sede do DER (Departamento de Estradas de Rodagens), onde recebeu a reportagem da Revista Paraná Cooperativo, Pepe sabe que é preciso agir com precisão e rapidez. “Há muitos anos o Paraná não recebe investimentos impactantes em infraestrutura. A gente visualiza os projetos e começa a ficar muito ansioso para ver as coisas saírem do papel e acontecerem na prática”, afirma.

No foco do secretário, que é graduado em engenharia civil,

os projetos no Porto de Paranaguá e na Ferroeste ganham relevância, em especial as obras de dragagem e ampliação de berços portuários e a expansão ferroviária para o Mato Grosso do Sul. “Em Paranaguá já concluímos a dragagem de manutenção dos berços e seguem adiantadas as negociações para a licença ambiental da dragagem de aprofundamento. Estamos em tratativas com o Governo Federal para a construção de um ramal ferroviário que vem de Maracaju (MS) e seguirá pelos trilhos da Ferroeste até o Porto de Paranaguá, num trajeto de 1.116 km”, explica.

No modal rodoviário, depois de anos de controvérsia e disputa, que geraram mais de 140 ações na Justiça, o governo estadual e as concessionárias de pedágio iniciaram negociações. O objetivo do governo, segundo Pepe, é garantir a retomada dos investimentos e a redução dos preços do pedágio. Negociações que começaram envoltas na polêmica possibilidade de um aumento no tempo de concessão das rodovias, que acabará em 2022. “Não estamos discutindo a prorrogação desse prazo na primeira fase das reuniões com as concessionárias. Deixamos essa discussão para um segundo momento”, diz o secretário.

Paraná Cooperativo - A Ocepar e o G8 (Grupo que congrega 8 confederações empresariais do PR) manifestaram ao governo posição contrária ao aumento no tempo de concessão às empresas que controlam os pedágios no Paraná. Qual a sua opinião?

José Richa Filho - Estamos em negociação junto às concessionárias de pedágio. Nossa primeira posição, quando começamos a conversar com as concessionárias, é não tratar da questão de prorrogação no prazo de concessão. Até porque a prorrogação depende de tratativas com o Governo Federal, já que há um casamento entre o prazo de contrato das concessionárias e o tempo de delegação das rodovias aos estados. De olho no que já aconteceu no passado no Rio Grande do Sul, no qual a governadora (a ex-governadora Yeda Crusius) avançou nas negociações envolvendo prorrogação, mas o Governo Federal não concedeu. Temos, nas negociações, deixado para um segundo momento a questão da ampliação do prazo de concessão. O primeiro momento é sentar-se na mesa e ver quais são as obras necessárias, e o que o Estado espera das concessionárias. Fizemos a suspensão das mais de 140 ações na Justiça, e sem essa atitude seria impossível qualquer negociação sobre pedágio.

Paraná Cooperativo - Quais obras fazem parte da pauta de negociações com as empresas de pedágio?

José Richa Filho - Tem uma obra prevista no contrato que é a duplicação do trecho de Jaguariaiva a Piraí do Sul. Estamos negociando para remanejar esse investimento e fazer o contorno de Campo Largo, na Região Metropolitana de Curitiba. Outra obra importante é o contorno de Mandaguari, que virou um corredor importante de escoamento. A população da cidade tem pagado um alto preço, muitas pessoas têm morrido ali por conta do movimento intenso. É uma obra que estava parada. Hoje não

é mais assim. Conseguimos em junho a liberação de um orçamento (cabe ao Estado fazer a desapropriação) para começar a obra o quanto antes. Da parte da concessionária já existe o recurso há um bom tempo. Estamos discutindo também a duplicação da BR-277 entre Cascavel e Medianeira, mas essa é uma discussão mais difícil, porque a obra foi retirada do



“ Nas negociações com as empresas de pedágio, deixamos para um segundo momento a discussão da ampliação do prazo de concessão das rodovias ”

contrato, mas estamos conversando.

Paraná Cooperativo - Quais os projetos de infraestrutura, em todos os modais, são prioridade para o governo estadual?

José Richa Filho - Existem várias ações em andamento. Podemos citar

a dragagem de aprofundamento do canal de acesso do Porto de Paranaguá e de sua baía de evolução, a ampliação no número de berços no cais de 20 para 32, o Porto de Antonina voltando a operar numa nova configuração, e ainda a construção do novo porto, Ponta do Poço, em Pontal do Paraná. Em Paranaguá já concluímos a dragagem dos berços e seguem adiantadas as negociações para a licença ambiental da dragagem de aprofundamento, prevendo inclusive a possibilidade de aprofundar as cortinas de contenção do cais. A audiência pública para a obtenção da licença ambiental vai ocorrer no dia 28 de julho. Também estamos com um projeto dos centros de apoio logístico, utilizando estruturas da Codapar e Claspar em municípios do interior, de onde os caminhões teriam a carga classificada e lacrada, com o intuito de reduzir as tão faladas e incômodas filas no porto.

Paraná Cooperativo - E quanto ao modal ferroviário?

José Richa Filho - Neste modal, o que existe de fato hoje é a empresa privada ALL (América Latina Logística) - que atua mais no Norte e Noroeste, em Maringá, Londrina, e no escoamento para o porto - e no Oeste quem atende é a Ferroeste (Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A.), controlada pelo Governo do Estado. Mas agora a realidade começa a mudar para a Ferroeste. Estamos em adiantadas tratativas com o Governo Federal para a construção de um ramal que vem do Mato Grosso do Sul, de Maracaju, Dourados, Mundo Novo, entra no Paraná por Guaíra, passa por Cascavel e segue a Guarapuava. Depois, num novo trecho a ser construído, seguirá até Paranaguá. Essa parte final é a mais complicada em termos de aprovação ambiental para a obra, mas vai começar o estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental. Mas o primeiro trecho a sair será de Guaíra a Cascavel, obra mais simples, para a qual já existe projeto e o Governo Federal tem o recurso e quer fazê-la. ▶

Paraná Cooperativo - Quando começarão as obras na Ferroeste?

José Richa Filho - A Valec, que é a empresa que faz a implantação de ferrovias para o Governo Federal, já anunciou que no segundo semestre de 2012 dará início às obras. Às vezes há uma desconfiança quando se fala em Poder Público e prazos. Nesse caso eu asseguro que, desde que começaram as tratativas com o Governo Federal, os prazos têm sido rigorosamente cumpridos. Começamos a conversar em fevereiro, fizemos a primeira reunião do grupo de trabalho, que fez um cronograma que em até 45 dias estaria pronto um termo de referência. O prazo foi cumprido e o termo publicado no Diário Oficial da União. Iniciaram então as tratativas para a contratação do estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental, e em duas semanas estavam sendo abertas as propostas para o estudo, que hoje está em andamento. O próximo passo será contratar os projetos e na sequência serão iniciadas as obras. De Maracaju a Paranaguá são 1.116 km de ferrovia, e a maior parte das obras deverá ser concluída em cerca de 6 anos. O ramal de Guaçuva a Paranaguá, principalmente no trecho depois de Curitiba, é a parte mais delicada do projeto, devido a questões ambientais. Por isso, para esse trecho, fica difícil fixar uma data de conclusão das obras.

Paraná Cooperativo - As opções de investimento do Paraná estão ligadas em grande parte aos recursos disponibilizados pelo Governo Federal. Existem outras alternativas?

José Richa Filho - Estamos trabalhando com o Governo Federal, mas sem descuidar da possibilidade das Parcerias Público-Privadas (PPP). Buscamos a solução que seja mais rápida para atender as demandas do Paraná. Enquanto isso, independente das ações de médio e longo prazo, estamos muito atentos às

questões do dia a dia. Há uma visão diferenciada hoje, que é um entendimento sistêmico de todo o processo, com a integração entre os modais. Não adianta buscar somente soluções para esse ou aquele modal. Nada adianta resolver o problema do porto, por exemplo, se eu



“
Estamos em negociação para captar recursos e investir em infraestrutura. A capacidade de endividamento do Estado é de R\$ 1,2 bilhão
 ”

não resolver o problema do escoamento da safra até os terminais portuários.

Paraná Cooperativo - Qual a capacidade de captação de financiamento do Governo do Estado?

José Richa Filho - O secretário do Planejamento, Cassio Taniguchi, tem

feito contatos com o Bid, Banco Mundial, BNDES, e estamos atentos a todos os organismos que possam ajudar. Começamos as conversas meses atrás, e a capacidade de endividamento do Estado era muito baixa, em torno de 400 milhões de reais. Mas as conversas foram evoluindo e com novos cálculos conseguimos um incremento, e hoje esta capacidade é próxima a R\$ 1,2 bilhão. Estamos buscando essa outra frente de trabalho para ajudar nesses investimentos tão importantes em infraestrutura. Mas, nesse caso, são negociações que demandam pelo menos 13, 14 meses para que um plano desses possa ser colocado em prática.

Paraná Cooperativo - E quanto às rodovias?

José Richa Filho - Para esse modal temos previstas várias ações como, por exemplo, um novo traçado para a BR-101 na altura de Garuva, no qual ela subiria, passaria bem próximo da Baía de Guaratuaba, encontraria com a PR-508 e chegaria até a BR-277. Também há um projeto para a ligação da BR-277 com Antonina, um pleito antigo da população e que seria importante para a logística portuária. Nesse ano, com a evolução das conversas com o Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) já conseguimos acelerar e liberar a pavimentação da Estrada Boiadeira (BR-487), que o Governo Federal deve iniciar em julho. Liberamos também obras na BR-158, na região de Campo Mourão, no Noroeste do estado. Só por meio do Dnit temos investimentos previstos para o Paraná da ordem de R\$ 4 bilhões. Imagina o impacto dessas obras para um estado que ficou anos sem receber grandes investimentos nas rodovias federais. É um novo cenário, até pra definir os investimentos que faremos nas rodovias estaduais. A falta de melhorias em algumas rodovias federais onera em muito a malha estadual. Hoje começa a se ter uma nova visão de estado, e começam a surgir novos projetos e investimentos. ▶

Paraná Cooperativo - Aeroportos?

José Richa Filho - Já iniciamos tratativas para contratar um plano aeroviário para o Paraná. Nesse modal, tem o projeto do Aeroporto Regional do Oeste, na região de Cascavel, um pleito de toda a região; tem o aeroporto do Sudoeste, a ser construído em Renascença. E obras no aeroporto de Foz do Iguaçu, o recordista em crescimento no estado - nos três primeiros meses, em percentuais, é também o de maior movimento do país. E tem a iniciativa privada envolvida nas questões de aeroporto, com um projeto em Londrina chamado Arco Norte, e outro projeto na região acima de Ponta Grossa, próximo a Tibagi, de um terminal aéreo quase que totalmente privado.

Paraná Cooperativo - Qual a sua opinião sobre a privatização da administração de aeroportos e portos?

José Richa Filho - Entendo como algo muito positivo, é tudo que a gente espera. O Governo Federal privatizou a administração de alguns aeroportos, só ainda confesso que não consegui entender com clareza como se dará esse formato de concessão, é preciso mais esclarecimentos. Parece que ainda, infelizmente, existem pessoas que se detêm em discussões ideológicas, se vai privatizar ou não. Mas acredito que a presidente Dilma está no caminho certo, falta só clarear um pouco mais os procedimentos para dar agilidade ao processo, sobretudo no que diz respeito a aeroportos. E não é só por causa da Copa do Mundo, mas sim pela oportunidade de garantir investimentos na infraestrutura do Brasil em obras que ficarão após o Mundial e atenderão à população.

Paraná Cooperativo - Melhorar a infraestrutura paranaense é um grande desafio e muitos projetos nunca saíram do papel.

José Richa Filho - É desafiador e instigante, e a gente visualiza os projetos e começa a ficar muito ansioso para ver as coisas saírem do papel e acontecerem na prática. Muitos estudos feitos sobre o país mostram que existem quatro pontos fundamentais para o nosso desenvolvimento: fazer uma revisão nas questões tributária/trabalhista e investir em capacitação e infraestrutura. De to-

dos os pontos citados, o investimento em infraestrutura é o que demora mais tempo para se viabilizar, cerca de 20 anos. Temos que começar a caminhar. De fato, se melhorias nos quatro pontos citados fossem realizadas, o Brasil entraria num outro patamar de desenvolvimento.

Paraná Cooperativo - Qual a sua percepção sobre o cooperativismo paranaense?

José Richa Filho - O cooperativismo é muito importante para o nosso estado. Sou até suspeito para falar porque lembro de meu pai (o ex-governador José Richa) e não me sai da cabeça a Constituição de 1988. Meu pai foi senador constituinte, e através de conversas, que era o estilo dele - e essa é a formação que nós temos, de diálogo e conversa -, e todas as tratativas e parcerias que tinha com as cooperativas ele pôde levar para a Constituinte e isso permitiu grandes

“ O produtor faz a sua parte, mas temos falhado da porteira para fora, na falta de escoamento adequado da produção de nossa agropecuária ”

avanços ao cooperativismo na Constituição de 88. E eu me sinto orgulhoso por saber que ele teve uma participação importante nesses avanços. Também é razão de orgulho saber que a base forte e sólida do cooperativismo está no Paraná, pois temos aqui cooperativas importantíssimas para o país. Sem dúvida produtores cooperados se tornam diferenciados pelo suporte que recebem de suas cooperativas. Quando se compara o sistema produtivo paranaense com outros países como Estados Unidos, fica evidente a capacidade de nossos produtores. Como costuma dizer o governador Beto Richa, da porteira para dentro o nosso produtor faz a sua parte, e é o mais competitivo do mundo. Mas, temos falhado da porteira para fora, na garantia do escoamento adequado da produção de nossa agropecuária.

Paraná Cooperativo - O senhor participou da Reunião de Diretoria da Ocepar em junho. Qual a importância desse contato direto com os dirigentes cooperativistas?

José Richa Filho - A participação na Reunião de Diretoria da Ocepar foi uma oportunidade muito positiva de conversar com os dirigentes do Sistema. Dialogar é sempre válido e importante. De nada adianta ficar apenas nos gabinetes. O que nos ajuda a administrar é ouvir as pessoas, é conversar com lideranças, é visitar as cooperativas, que estão fazendo as coisas acontecerem. É importante conhecer a visão dos setores sobre o Paraná e receber sugestões e críticas, desde que construtivas, sobre o que o governo estadual está fazendo e realizando. Para a nossa felicidade temos sentido um voto de confiança muito forte das cooperativas e da sociedade civil organizada no nosso governo, que apesar de ser recente, apenas seis meses, já trabalha com perspectivas de avanços em todas as áreas. O Estado tem perdido sua capacidade de investimento ano após ano, isso não é segredo para ninguém, então sem parceria fica difícil. É maravilhoso ver o que pode ser realizado em parceria. Sempre digo que parece simples, mas não é uma tarefa fácil, porque depende de um governo que tenha capacidade de execução de seus projetos e programas.

Paraná Cooperativo - Qual a sua avaliação sobre as perspectivas de crescimento do Paraná?

José Richa Filho - Sou um otimista quanto as possibilidades de desenvolvimento do Paraná. Temos o Porto de Paranaguá que, com um pouco de cuidado, já está voltando a ser um dos principais do país e do mundo. Temos um povo trabalhador, somos vizinhos de dois países importantes na América do Sul, Argentina e Paraguai, estamos ao lado de estados economicamente fortes com São Paulo e Santa Catarina. Enfim, temos uma condição diferenciada e estratégica. De fato precisamos fazer a nossa parte - essas variáveis são positivas e ajudam todo e qualquer gestor que queira fazer o bem e as coisas bem feitas para o estado. É o que a população merece e espera de seus gestores, e o governador Beto Richa nos dá essa oportunidade, implantando uma gestão séria e de credibilidade. ■



Caminhões parados, atrasos no embarque e até o clima é problema no principal corredor de exportação do Paraná

Quase no limite

Porto de Paranaguá precisa de investimentos urgentes para acompanhar crescimento do agronegócio do Estado

No mês de maio, o Porto de Paranaguá bateu seu recorde na exportação de grãos, atingindo 1,8 milhão de toneladas em um único mês, contra 1,75 milhão de toneladas registradas em abril de 2003. Mas como nem sempre quantidade é sinônimo de qualidade, as notícias sobre as movimentações recordes são ofuscadas pelos problemas e aumentam a preocupação em relação a capacidade de operação do porto que já está perto do seu limite.

Somente nos meses de fevereiro, março e abril de 2011, os exportadores amargaram um prejuízo de cerca de R\$ 100 milhões por conta dos problemas de infraestrutura no porto. Nessa conta, que também é paga por transportadores, cooperativas e produtores, uma vez que

os custos são repassados, estão computados gastos com pagamento de diárias aos motoristas e a demurrage (diária paga aos navios ancorados). Também está incluída a depreciação do preço dos produtos ocorrida em função da demora no carregamento e o aumento do preço do frete que ficou R\$ 40,00/tonelada mais caro nesses três meses, outro reflexo da demora nas operações do porto.

Para solucionar os principais gargalos do Porto de Paranaguá, seria necessário um aporte emergencial de R\$ 1,344 bilhão, segundo levantamento do Sindicato e Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar). Na lista de obras consideradas prioritárias, apenas duas estão contempladas no Programa de Aceleração do Desenvolvimento (PAC):

a construção do silo graneleiro e a dragagem de manutenção e aprofundamento. Mas há outras, como a construção do Cais Oeste/Pier (US\$ 180 milhões), a construção/reformas das cortinas dos berços (US\$ 40 milhões), a construção do terminal de passageiros (US\$ 20 milhões), a modernização dos equipamentos e correias para aumentar a velocidade de embarque (R\$ 100 milhões), a cobertura dos navios para carregamento em dias de chuva (R\$ 150 milhões), e a construção do Porto de Pontal do Paraná (US\$ 400 milhões).

Refém do clima - Em dias de chuva, os problemas ficam ainda mais evidentes, já que as atividades praticamente param por falta de estruturas cobertas nas bocas dos navios e comportas. “O tempo, somado a baixa velocidade de embarque, faz com que navios de toda a parte do mundo aguardem às vezes mais de um mês para atracar, cobrando diárias de 30 a 50 mil dólares”, conta o presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, alertando para o fato



Fotos: Assessoria Ocepar

de que, além de prejuízos, essa situação prejudica a imagem do Paraná no mercado externo. “É preocupante, além do que os gargalos em Paranaguá estão fazendo com que os exportadores migrem para outros portos, principalmente, em Santa Catarina. Isto não é bom porque acarreta em mais custos”, disse.

Antes de perder mais mercado, é preciso agir. “É necessário criar um cronograma de investimentos focando, num primeiro momento, obras prioritárias”, pondera o superintendente adjunto da Ocepar, Nelson Costa, citando como exemplo a necessidade de equipamentos mais modernos que aumentem a velocidade de embarque e também a dragagem de manutenção e aprofundamento. “E a médio prazo, há a necessidade de construir o Cais Oeste, o que daria também mais espaço para atracação de outros navios”, afirma.

R\$ 2 bi para investimentos - O superintendente do Porto de Paranaguá, Airton Vidal Maron, disse em entrevista ao jornal Gazeta do Povo, que o Paraná

está pleiteando junto ao governo federal R\$ 2 bilhões para investimentos no porto para os próximos anos. Os recursos serão aplicados tanto na manutenção quanto na ampliação da estrutura existente. “As obras menores são de manutenção. A conservação da estrutura da retaguarda vinha sendo relegada. Temos prédios em condições muito ruins, uma cidade fantasma, telhados com furros... Precisamos de uma recuperação geral neste sentido. Primeiro você precisa manter o que existe. Em segundo lugar, as ampliações”, afirmou.

A finalidade do projeto de reestruturação do porto tem como ponto de partida uma necessidade urgente: aumentar a capacidade de carregamento para acompanhar o crescimento que o Paraná vem registrando na produção agrícola e nos volumes exportados. “Nos últimos 20 anos, o volume embarcado dobrou e a estrutura se manteve praticamente a mesma... Ano passado, a movimentação foi de 38,2 milhões de toneladas. Dá para operar 45 milhões ao ano no máximo (que podem ser atingidos dentro de dois anos). Nosso limite suporta um aumento de 20% nos embarques e desembarques. A partir daí, estaremos esgotados. Por isso nós precisamos repotencializar o porto para os próximos 20 anos”, disse.

Filas

O pátio de caminhões no Porto de Paranaguá tem apenas mil vagas, número muito abaixo da demanda. Sem ter onde estacionar, os caminhões formam fila ao longo da rodovia. A espera dos motoristas pode levar dias e reflete no custo do frete.

Chuva

Não há estruturas cobertas nas bocas dos navios e comportas. Por este motivo, os porões dos navios precisam ser fechados quando chove, gerando mais atrasos. Em março, o embarque ficou parado metade do mês.

Dragagem

Apesar do acúmulo de areia no canal de aproximação dos navios ser um problema previsível, a profundidade chega a ser reduzida a 8 metros. São necessários 15 metros para que navios com capacidade para 80 mil toneladas possam sair carregados.



Falta de cobertura na boca dos navios é um grande problema pois quando chove as operações precisam ser paralisadas



Foto: Assessoria Ocepar

O secretário estadual de Infraestrutura e Logística, Pepe Richa participou da Reunião de Diretoria da Ocepar no dia 13 de junho

Superpotência com logística de terceiro mundo

Os gargalos na infraestrutura paranaense preocupam as cooperativas estaduais, em especial as que atuam no ramo transporte e as de produção, sendo que estas últimas estão entre os maiores exportadores do Estado, dividindo a liderança com empresas do ramo petrolífero e automobilístico. De modo geral, os embarques das cooperativas paranaenses crescem em média 18% ao ano e praticamente dobraram nos últimos cinco anos, passando de US\$ 853 milhões, em 2006, para US\$ 1,6 bilhão, em 2010. O valor representa 37% das vendas externas realizadas pelo cooperativismo brasileiro, de acordo com levantamento da Gerência Técnica e Econômica (Getec), da Ocepar.

“A logística não funciona como deveria”, lamenta o presidente da Coopercaf (Cooperativa de Transportes Rodoviários de Cafelândia), Dorival Bartzike, que também preside o Sincopar

Transportes. “No porto há o problema do estacionamento lotado, que obriga a formação de longas filas ao longo da rodovia, um gargalo que expõe os caminhoneiros a problemas de segurança e acarreta em custo extra em função da demora. Em relação às rodovias, temos diversas dificuldades, que vão de sinalização precária a necessidade de melhorias e ampliação das nossas vias, sem falar no pedágio alto”, exemplifica o cooperativista. “No nosso caso, que trabalhamos com o transporte de containers, percebemos a dificuldade do porto em utilizar a capacidade máxima de operação. Equipamentos quebrados ou em manutenção atrasam ainda mais o carregamento. Há situações do transportador de ter que aguardar até sete horas para fazer uma operação de carregamento que normalmente levaria uma hora apenas”, comenta o diretor administrativo da Cooperlog (Cooperativa

de Transportes e Logística de São José dos Pinhais), Jean Carlos Ruthes.

De acordo ele, o Paraná perde competitividade por conta das deficiências em infraestrutura. “Não vemos avanços, vemos somente promessas. Por conta disso, há um movimento de migração dos embarcadores para estados vizinhos. Estamos ensinando os outros a serem eficientes, mas com os nossos clientes e o nosso pessoal. Um exemplo é o Estado de Santa Catarina que hoje tem cinco portos ativos e onde o pedágio é mais barato”, disse.

“Apesar das políticas públicas amplamente desfavoráveis, dos problemas referentes ao crédito, ao câmbio, à infraestrutura – sem falar das adversidades impostas pelo clima – o agricultor brasileiro é muito competitivo, mas da porteira para dentro. Resta perguntar: o que o próprio governo vai fazer, nos próximos anos, para dar suporte a



Ferrovias: frete alto e serviços aquém do esperado

Fotos: Arquivo Oçepar

essa vigorosa expansão do agronegócio brasileiro”, pergunta o presidente da Cocamar, Luiz Lourenço, lembrando que a estrutura de armazenamento não comporta mais que 130 milhões de toneladas de grãos – e, em 2011, foram colhidas mais de 160 milhões de toneladas, e que as estradas e os portos, da mesma maneira, precisam de investimentos urgentes. “O país precisa, sem demora, de um projeto para o futuro. Algo bem pensado e discutido com toda a sociedade, sem os improvisos e remendos que se costuma ver”, afirma. “O campo está fazendo a sua parte. O que precisa é o governo enxergar a oportunidade que está sendo oferecida e fazer a sua. Se isto não acontecer, o agronegócio manterá o ritmo de crescimento, sem dúvida, ampliando seus recordes e horizontes. Mas a um custo cada vez mais escorçante, o que certamente acabará afetando sua competitividade”, completa o dirigente.

Para o setor produtivo, as concessões de rodovias e ferrovias à ini-

ciativa privada, realizadas na década de 90, não trouxeram vantagens competitivas para a agropecuária do estado e as contrapartidas em investimentos foram insuficientes, mesmo com o alto preço dos serviços. “Antes da privatização de parte da malha ferroviária, por exemplo, tínhamos garantia de contrato de entrega e ajustes de preços dos fretes. Hoje, isso acabou. O valor dos serviços sobe de acordo com o frete rodoviário. Estamos mal de ferrovia, por isso não transportamos quase nada por trem”, afirma José Aroldo Gallassini, presidente da Coamo. Maior exportadora do Paraná (à frente de gigantes como Renault, Volkswagen, Cargill e Bunge), os embarques da cooperativa somaram, nos primeiros cinco meses de 2011, US\$ 410 milhões, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Secretaria de Comércio Exterior (Mdic/Secex). Mesmo com malha ferroviária nas proximidades de sua região de atuação, os custos elevados tornam inviá-

vel o transporte via trem. Praticamente toda a movimentação de cargas da Coamo - cerca de 5,5 milhões de toneladas ao ano - é transportada pelo modal rodoviário. “Em períodos de safra, 2 mil caminhões circulam pelas estradas do Paraná transportando a produção dos cooperados. O estado tem uma localização privilegiada, mas é preciso que haja visão e investimentos urgentes no aperfeiçoamento de nossa infraestrutura”, observa o dirigente.

Para o presidente da Copacol, Valter Pitól, quando o assunto é investimento em infraestrutura, há muita discussão e poucas ações. “Se fala muito e nada é feito. Sabemos quais são as dificuldades que travam a competitividade do Paraná: temos custos elevados e baixa eficiência logística. Precisamos reverter essa situação com mais dinamismo e investimentos imediatos. É hora de agir”, conclui.



Porto seco da Ferroeste, em Cascavel

Cooperativas atuam no Porto desde 1977

Em 2010, os terminais portuários das cooperativas Coamo e Cotriguaçu movimentaram 4,2 milhões de toneladas de grãos sólidos (soja, farelo de soja, milho e trigo), o equivalente a 31% do total dos embarques desses produtos no Porto de Paranaguá (13,6 milhões de toneladas). A presença das cooperativas no principal porto de exportação de grãos do país começou em março de 1977, quando a Cotriguaçu iniciou as operações de seu terminal. Em dezembro de 1990 foi a vez da Coamo inaugurar sua estrutura portuária - complexo que inclui uma indústria esmagadora de soja. Juntos, os terminais das duas cooperativas paranaenses têm capacidade

de armazenagem de 240 mil toneladas de grãos, ocupam área superior a 100 mil m² e geram cerca de 300 empregos diretos. O crescimento do volume de movimentação exige investimentos constantes em ampliações e aparelhamento das estruturas de escoamento, com previsão de aportes superiores a R\$ 35 milhões até o fim de 2011. “Para as cooperativas, os terminais portuários significam o controle total de sua logística, garantindo a rastreabilidade completa de sua produção desde as lavouras até o embarque, e muitas vezes até o desembarque em países compradores, em operações CIF (Custo, Seguro e Frete), nas quais a responsabilidade da entre-

ga é do vendedor”, explica o assessor técnico e econômico Robson Mafioletti. “Ter esse controle na cadeia logística é uma vantagem competitiva importante em mercados de concorrência acirrada, pois diminui custos e favorece a estratégia de vendas das cooperativas”, completa.

Respondendo por mais de 30% de tudo que é movimentado no Corredor de Exportações do Porto de Paranaguá, as cooperativas sentem de imediato as consequências da falta de investimentos em infraestrutura. “Em anos anteriores tivemos até mesmo que embarcar parte de nossa produção nos portos de São Francisco (SC) e Santos (SP). Hoje

Responsáveis por mais de 30% dos embarques, cooperativas sentem as consequências da falta de investimentos no porto



Foto: Assessoria Coamo

Cotriguaçu
 Coamo



mantemos a prioridade em escoar nossa produção pelo Porto de Paranaguá”, explica o presidente da Coamo, José Aroldo Gallassini. Para o dirigente, algumas obras trariam melhorias expressivas ao porto, como a ampliação do número de berços e a dragagem e derrocagem submarina do canal de evolução dos navios, com aumento do calado para ampliar a capacidade de carregamento das embarcações. “A dragagem de manutenção dos berços, realizada neste ano, foi positiva e o escoamento está melhor. Mas ainda existem muitos desafios a serem superados. A verdade é que o Porto de Paranaguá ficou por muitos anos sem receber investimentos adequados”, avalia. Além dos terminais da Cotriguaçu e Coamo, o Corredor de Exportações de Paranaguá tem outros sete terminais, com três berços para embarcações.

Na opinião do presidente da Cotriguaçu, Dilvo Grolli, além do aumento

do calado, para que navios maiores possam atracar no porto, é preciso também melhorar os acessos ferroviários para facilitar o descarregamento dos vagões. “Boas medidas foram implantadas nos últimos meses, como o maior controle sobre a entrada de mercadorias no porto sem que a venda tenha sido realizada, evitando o uso dos armazéns para a estocagem desses produtos à espera de comprador. Mas é preciso avançar mais em obras de infraestrutura para maximizar as operações e reduzir custos, garantindo melhor competitividade aos produtores e exportadores paranaenses”, afirma. A Cotriguaçu é uma cooperativa central formada pela Coopavel, C.Vale, Copacol e Lar.

Para 2011, Cotriguaçu e Coamo estimam elevar em 15% a movimentação em seus terminais, com embarques superiores a 4,8 milhões de toneladas de grãos e óleo de soja.



Coamo

Início das operações do terminal: dezembro de 1990

1,95 milhões de toneladas exportadas em 2010

Estrutura:

21.441 metros quadrados de área

3 armazéns graneleiros

90 mil toneladas (capacidade de estocagem)

2 correias transportadoras cobertas (extensão de 250 metros)

1.500 toneladas/hora (capacidade de descarga de cada correia)

Cotriguaçu

Início das operações do terminal: março de 1977

2,25 milhões de toneladas exportadas em 2010

Estrutura:

90 mil metros quadrados de área

5 armazéns graneleiros

150 mil toneladas (capacidade de estocagem)

2 correias transportadoras cobertas (extensão de 1.400 metros)

1.500 toneladas/hora (capacidade de descarga de cada correia)



Parte da renda de quem produz e transporta alimentos é comprometida por conta das deficiências em infraestrutura no Paraná

Um caminho de problemas

Os gargalos em infraestrutura não se restringem ao Porto de Paranaguá. Enquanto aguardam que os investimentos em rodovias, ferrovias e aeroportos se concretizem, uma espera que já vem se arrastando há anos, produtores e transportadores deixam pelo caminho uma parte da sua renda, por conta dos prejuízos causados pelas deficiências logísticas do transporte.

Nas estradas municipais faltam recursos para aquisição de material e execução de obras, o que obriga os caminhões a transitar por trechos em más condições de uso, elevando os gastos com a manutenção dos veículos. Já as rodovias estaduais carecem de investimentos para melhorar e ampliar a malha viária e também obras importantes estão paradas.

“Nas rodovias federais, além da necessidade de duplicação de alguns trechos, a exemplo da BR 277 entre Medianeira e Cascavel, temos problemas em função do custo elevado do pedágio”, frisa o superintendente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken, lembrando que, em média, o pedágio equivale a 25% do custo de transporte de grãos, segundo estudo elaborado pela Gerência Técnica e Econômica da Ocepar.

O modal ferroviário também carece de obras emergenciais. Um exemplo é a composição que sai de Cascavel e que é dividida pela metade em Guarapuava, atrasando a operação em 100% do tempo. “O transportador chega a levar 16 horas em um percurso de 258 quilômetros”, destaca Ricken. A operação implica em adicional de custos para a interligação com a América Latina Logística (ALL), além do que a capacidade de carga de Cascavel a Guarapuava é de até 5 milhões de toneladas, mas opera com 2 milhões, porque o trecho Guarapuava/Ponta Grossa trava a operação.

Para solucionar esse problema, é pleiteada a construção do trecho Guarapuava/Paranaguá, com um novo traçado, ligando a região Oeste a Paranaguá, incluindo a construção de uma nova ferrovia ligando Curitiba a Paranaguá, tendo em vista que a atual foi projetada há mais de cem anos para transporte de passageiros e pequenos volumes de cargas, ou seja, não condiz mais com a realidade atual de transporte ferroviário. Cabe destacar também a necessidade de construir o contorno de Curitiba, projeto que existe desde 2002, orçado em (US\$ 120 milhões), e que evitaria que a linha férrea

cruzasse as ruas de Curitiba e municípios em mais de 70 pontos.

Ferrovias - O custo do transporte férreo também preocupa. Por este motivo, a Ocepar, juntamente com a Faep (Federação da Agricultura da Agricultura do Estado do Paraná) e Alcopar (Associação de Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná), encomendaram um estudo ao Grupo de Pesquisa e Extensão em Logística Agroindustrial (Esalq-Log), da Universidade de São Paulo (USP, para saber como a concessionária de ferrovia América Latina Logística (ALL) calcula seus fretes. A previsão é que o estudo seja concluído dentro de um ano.

Hoje, somente 30% dos produtos do agronegócio destinados ao Porto de Paranaguá seguem por via férrea. Na avaliação das três entidades, com base em padrões internacionais o frete ferroviário deveria ser 40% mais barato que o rodoviário. Mas a ALL pratica um valor muito próximo do cobrado pelos caminhões.

Aeroportos - No modal aéreo, a prioridade é a construção da 3.^a pista do Aeroporto Afonso Pena, em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba.

Impacto do pedágio preocupa Ocepar



As tarifas de pedágio cobradas nas estradas do Paraná comprometem até 5,85% da renda do produtor rural. O alerta é do Sindicato e Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), com base em um estudo elaborado por sua gerência técnica intitulado "Impactos do pedágio no transporte de grãos e insumos no Paraná". "Entregamos esse documento aos secretários de Estado José Richa Filho (Infraestrutura) e Cássio Taniguchi (Planejamento) para mensurar os efeitos do alto preço do pedágio sobre o frete e sobre os custos de produção", explicou o presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski.

O estudo baseou-se em 27 praças de pedágio do Paraná. Foram feitas cinco simulações com as rotas rodoviárias mais representativas no transporte de cargas do Paraná, e considerando-se as tarifas corrigidas em dezembro de 2010. Calculou-se o valor efetivo pago em

cada rota por um caminhão com 5 eixos, que transporta 27 toneladas de produto. O resultado mensurou em números um problema já há muito tempo percebido pelo setor produtivo e por transportadores de cargas.

Em 2010, foram desembolsados no Paraná cerca de R\$ 126 milhões para pagamento de pedágio no transporte de grãos, sendo que cerca de R\$ 80 milhões foram gastos com soja e milho. Em média, o pedágio equivale a 25% do custo de frete de grãos, podendo chegar a 28,8% como é o caso das cargas vindas de Cascavel. Uma carga que vem de Foz do Iguaçu, por exemplo, vai pagar R\$ 589,60 em pedágio. Mesmo no caso de Ponta Grossa, mais próxima ao porto, o efeito do preço do pedágio chega a praticamente 20% do preço do frete.

Ao receber o documento, o secretário de Infraestrutura, José Richa Filho explicou que o governo está ciente

do problema, mas que primeiro precisa inteirar-se melhor da situação. "Estamos promovendo reuniões para uniformizar informações, tanto do lado do governo, como do lado das concessionárias. Percebemos que temos que agir daqui para frente individualmente, negociando com cada um dos lotes. São seis lotes ao todo em nosso Estado", disse o secretário.

Conclusões

- O pedágio pode impactar em até 5,85% no preço recebido pelo produtor de milho e 2,99% pela soja
- O pedágio onera em até 7,6% o custo de produção de milho e em até 4,6% o custo de produção da soja
- No Paraná, o transporte de grãos desembolsou em 2010 cerca de R\$ 126 milhões com pagamentos de pedágios, sendo que cerca de R\$ 80 milhões foram gastos com soja e milho
- Para transportar uma carga de Foz do Iguaçu até Paranaguá é pago R\$ 589,60 em pedágio
- O pedágio encarece em até 15,68% o valor do calcário e pode representar até 0,99% do valor do adubo no Paraná
- Os custos do pedágio reduzem a competitividade da produção de grãos paranaense. Um caminhão paga no Estado até cerca de R\$ 12,00 por eixo para percorrer um trecho de 80 km. Para trechos com distâncias semelhantes, as praças da Rodovia Regis Bittencourt ou da BR 376 cobram cerca de R\$ 1,40 por eixo

Fonte: Getec/Ocepar



Presidentes e demais representantes das entidades que compõem o Fórum Permanente Futuro 10, em reunião com o secretário estadual de Planejamento, Cassio Taniguchi

Governo apresenta prioridades

Em reunião com presidentes e demais representantes das entidades que compõem o Fórum Permanente Futuro 10, no dia 21 de junho, na sede do Sistema Ocepar, em Curitiba, o secretário estadual de Planejamento, Cassio Taniguchi, falou sobre as prioridades do governo em relação à infraestrutura. "Tivemos a oportunidade de apresentar na reunião do Fórum, em primeiríssima mão, aquilo que já desenvolvemos em termos de projetos e de estudos, mais estudos do que projetos, e, certamente, o apoio que o Fórum prestar ao governo será fundamental para viabilizarmos a execução desses projetos. O que nos interessa é a ação e vamos partir imediatamente para isso", disse.

De acordo com o secretário, o governo já definiu vários investimentos na área de infraestrutura. Em relação ao Porto de Paranaguá, ele apontou três prioridades. A primeira é a duplicação da capacidade das correias transportadoras, por onde os grãos são escoados para os navios. "Esse é o principal ponto de estrangulamento do porto. Também precisamos melhorar os acessos. Há necessidade de ampliar o pátio de automóveis e existem ainda estudos para melhorar a atracação de navios de turismo", frisou.

Em relação às ferrovias, Taniguchi destacou o trecho que vai do Oeste do Paraná até Paranaguá. "A ligação Cascavel - Guarapuava - Paranaguá é fundamental no sentido de superarmos o estrangula-

mento do nosso sistema de transporte ferroviário. A interligação posterior, de Cascavel a Guaíra e de Guaíra a Maracaju, no Mato Grosso do Sul, constitui uma segunda fase. A Valec já está elaborando esses estudos de viabilidade técnica e ambiental e assim que eles estiverem prontos, vamos buscar financiamento para a implantação desse trecho", afirmou.

Quanto às rodovias, o secretário informou que obras de trechos federais estão em andamento em parceria com o Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) e que estão incluídas no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) I e II. Ele lembrou que recentemente foi aprovado o licenciamento ambiental para o início das obras da BR 487, conhecida como estrada da Boiadeira. "Há uma perspectiva muito boa de termos ampliada a nossa malha viária e, com isso, vamos criar novos caminhos, novas alternativas para que os produtores e aqueles que utilizem o sistema rodoviário tenham condições de trafegar em segurança", disse. "Além disso, nós temos todo o programa rodoviário estadual, cujo montante vai chegar a mais de R\$ 1 bilhão, e que vai buscar interligar os municípios que ainda não possuem ligação pavimentada com a malha viária principal e, ao mesmo tempo, criar condições para que novas alternativas sejam implantadas o mais rápido possível", acrescentou.

Segundo o secretário, agora será iniciada a fase mais demorada do processo ligado à implementação das ações do governo estadual referentes à infraestrutura e logística, que é a elaboração dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental. "Depois que eles forem concluídos, passaremos à elaboração final de engenharia. Mas esperamos lançar, muito brevemente, esses projetos ou, pelo menos, os estudos", concluiu.

AÇÕES

Porto → duplicação da capacidade das correias transportadoras, melhoria dos acessos e ampliação do pátio de automóveis.

Ferrovias → trecho Cascavel - Guarapuava - Paranaguá, e posteriormente, Cascavel a Guaíra e de Guaíra a Maracaju, no Mato Grosso do Sul.


Rodovias → obras de trechos federais incluídas no PAC e até R\$ 1 bilhão de investimentos em rodovias estaduais.

Demandas de Investimentos em Infraestrutura do Paraná

RODOVIAS

Está no PAC



- 
- 01** - BR 153: trechos entre Alto Amparo e Imbituva e entre Paulo Freitas e divisa com Santa Catarina.
 - 02** - BR 163: trecho entre Guaíra e Cascavel.
 - 03** - BR 158: trecho entre Campo Mourão e Palmital.
 - 04** - BR 487: trechos entre Porto Camargo e Cruzeiro do Oeste e entre Tuneiras do Oeste e Guaritava.
 - 05** - Ponte de Foz do Iguaçu.

Não está no PAC



- 01** - BR 153: pavimentação de 19 quilômetros entre Paulo Frontin e Paulo Freitas para conclusão da Transbrasiliana (US\$20 milhões).
- 02** - BR 163: adequação do trecho entre Cascavel e Barracão: Com a duplicação de Cascavel a Medianeira ficará faltando a adequação de Santa Tereza a Barracão US\$ 40 milhões
- 03** - BR 487: adequações dos trechos de Três Picos a Ivaí e de Bom Jardim do Sul a Ipiranga (US\$30 milhões).
- 04** - BR 476: reforma do trecho entre Lapa e São Mateus do Sul (US\$50 milhões).
- 05** - BR 277: construção de acesso da rodovia até o Porto de Antonina, tem extensão de 12 quilômetros (US\$ 59,40 milhões).
- 06** - BR 277: duplicação de 70 quilômetros entre Medianeira e Cascavel - trecho administrado pela Ecocataratas (US\$70 milhões).
- 07** - BR 116: duplicação de 28 quilômetros na Serra do Cafezal - trecho administrado pela OHL (US\$ 76,7 milhões).
- 08** - Contorno Norte de Curitiba - sob responsabilidade da OHL - para concluir o Anel Rodoviário da capital (US\$ 83,5 milhões).
- 09** - Construção do viaduto de Cascavel (US\$30 milhões).



PORTOS

Está no PAC



01 - Construção do silo graneiro no Porto de Paranaguá.

02 - Dragagem de manutenção e aprofundamento dos “berços” no Porto de Paranaguá.

Não está no PAC



01 - Construção do terminal marítimo de passageiros (US\$ 20 milhões).

02 - Ampliação do Cais Oeste/Pier: espaço para mais quatro navios no terminal (US\$ 180 milhões).

03 - Construção do Porto de Pontal do Paraná (US\$ 400 milhões).

04 - Construção/reformas das cortinas dos “berços” (US\$40 milhões).

05 - Modernização dos equipamentos e correias para aumentar a velocidade de embarque (R\$ 150 milhões).

06 - Cobertura dos navios para carregamento em dias de chuva (R\$ 150 milhões).



AEROPORTOS

Está no PAC



01 - Foz do Iguaçu: terminal de passageiros.

02 - Afonso Pena: 3ª pista e ampliação do terminal de cargas.

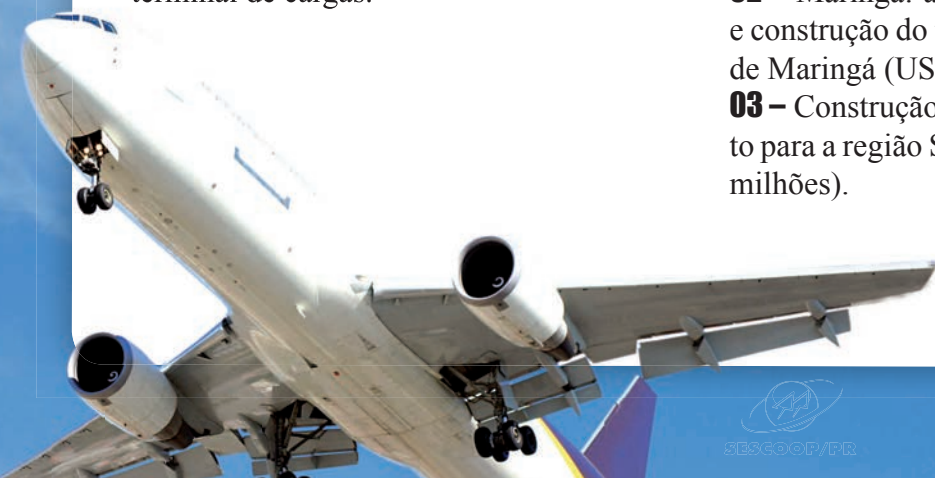
Não está no PAC



01 - Construção de novo aeroporto de Cascavel (US\$ 100 milhões).

02 - Maringá: ampliação da pista e construção do terminal de cargas de Maringá (US\$ 30 milhões).

03 - Construção de novo aeroporto para a região Sudoeste (US\$100 milhões).



FERROVIAS



Está no PAC

01 - Linha que liga Dourados (MS) a Cascavel. O governo federal está contratando a VALEC para fazer os estudos e projetos para este trecho a um custo de R\$ 6,75 milhões

02 - Linha que corta o Paraná de Norte a Sul.

03 - Contorno ferroviário de Maringá.

04 - Linha que liga São Paulo a Curitiba.

Não está no PAC

01 - Linha Cascavel-Foz do Iguaçu (US\$ 400 milhões).

02 - Linha Jussara-Campo Mourão: trecho de 80 quilômetros que ligaria as regiões Noroeste e Central a Paranaguá (US\$ 213 milhões).

03 - Linha Guarapuava-Ponta Grossa: trecho de 365 quilômetros que ligaria a região Oeste a Paranaguá (US\$ 500 milhões).

04 - Contorno ferroviário de Ponta Grossa - (US\$60 milhões).

05 - Contorno ferroviário de Curitiba: projeto existe desde 2002, com ramal até o Aeroporto Afonso Pena (US\$ 120 milhões).

06 - Linha Curitiba-Paranaguá: nova linha (US\$ 450 milhões).

Novas Linguiças Copacol

A tradição de quem é apaixonado por sabor.



 **Copacol**
Apaixonados por sabor





Mais benefícios para o cooperado

Ocepar e cooperativas atuam para ampliar número de produtores com acesso ao Pronaf

O produtor Gelson Migliorini tem uma propriedade de 20 hectares em Rio Bonito do Iguaçu, no Sudoeste do Paraná. Cooperado da Coasul, dedica-se ao cultivo de soja, milho e feijão e é atendido pelas políticas públicas para a agricultura familiar do Governo Federal. Em 2009, ele obteve financiamento via Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) para a aquisição de uma plantadeira no valor de R\$ 54 mil. Captado a juros de 2% ao ano, com prazo de oito anos para o pagamento e um ano de carência, os recursos ampliaram a competitividade do produtor, que pôde arrendar novas áreas para plantio. “Sem o Pronaf não teria tido condições de comprar a plantadeira. Com o novo implemento, aumentei a produção e melhorei minha renda”, afirma Migliorini. “Gastava cerca de R\$ 3 mil por ano em aluguel de maquinário para plantar. Hoje, eliminei este custo e passei a ter renda alugando a plantadeira”, compara.

O exemplo positivo de Migliorini está sendo replicado aos milhares no interior do estado. A Ocepar e as cooperativas paranaenses estão trabalhando para que mais produtores tenham acesso às políticas públicas da agricultura familiar. Para isso, é preciso que o agricultor procure a Emater ou os sindicatos rurais para obter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). “Tem direito ao Pronaf agricultores com propriedade de até 4 módulos fiscais (no Paraná, em média, cada módulo fiscal tem 18 hectares), que utilizem predominantemente mão de obra da própria família ou no máximo dois funcionários permanentes. A renda bruta anual não pode ser superior a R\$ 110 mil, e o agricultor deve morar na propriedade ou próximo a ela”, explica o engenheiro agrônomo e assessor técnico e econômico da Ocepar, Robson Mafioletti.

Desde 2009, a Ocepar realizou cinco fóruns para levar informações às cooperativas, num esforço para mobilizá-las em torno da importância de incentivar os produtores a obterem a Declaração. “Reunimos profissionais das cooperativas, Ocepar, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Emater, Faep e Fetaep, para discutir estratégias para ajudar o cooperado a obter a DAP”, diz. “O agricultor com DAP é incluído nas políticas públicas de crédito a baixos juros, de 1,5% a 4% ao ano. É um benefício importante que muitos não estão acessando por falta de informações”. O produtor que se enquadra nos requisitos do Pronaf deve procurar a Emater ou os sindicatos rurais munido de CPF e dados sobre a sua propriedade.



Alimentação escolar: Lei determina que 30% dos alimentos destinados à merenda sejam comprados de agricultores familiares

Mobilização cooperativista – De acordo com a Gerência Técnica e Econômica da Ocepar (Getec), cerca de 75% dos cooperados de cooperativas filiadas à Ocepar possuem propriedades de até 50 hectares. “Dos 135 mil cooperados do ramo agropecuário, pelo menos 100 mil cumprem os requisitos para a obtenção da DAP”, indica o superintendente da Ocepar, José Roberto Ricken. Na mobilização cooperativista, a comunicação tem sido um instrumento fundamental para a difusão de informações sobre a DAP. Programas de rádios das cooperativas, informativos, jornais e revistas dirigidos aos produtores estão contribuindo para ampliar o número de cooperados aptos a acessar o Pronaf. “Temos hoje 3.500 pronafianos na cooperativa, que representa mais de 75% de nossos cooperados”, comemora o presidente da Coasul, Paulino Capelin Fachin. Com sede em São João, Sudoeste do Paraná, e atuando em 21 municípios da região, a Coasul busca ampliar o número de cooperados advindos da agricultura fa-

miliar. “Abolimos o pagamento de capital inicial de R\$ 100 para quem deseja tornar-se cooperado. Com esse estímulo, tivemos a entrada de pelo menos 600 novos cooperados”, estima Fachin. Com mais de 70% de associados acessando o Pronaf, a Coasul obteve o DAP Jurídico, que confere a cooperativa a possibilidade de tornar-se fornecedora de produtos e serviços aos programas do biodiesel e de aquisição de alimentos do Governo Federal. No Paraná, Coagro e Copagril também obtiveram a DAP Jurídica.

Vendas - “Graças à DAP Jurídica, as cooperativas venderam, na última safra, 160 mil toneladas de soja para a indústria de biodiesel. Os produtores cooperados receberam cerca de R\$ 1,00 a mais por saca, o que gerou recursos adicionais de R\$ 3 milhões destinados diretamente aos agricultores”, diz Mafioletti. O técnico da Ocepar cita, além do Programa Nacional do Biodiesel, o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. “São políticas de estímulo a renda

só acessadas por agricultores e cooperativas que tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf”, finaliza.



Gelson Migliorini: acesso ao Pronaf garante mais renda e competitividade

Gleisi Hoffmann na

Casa Civil

Decisão de Dilma Rousseff repercute no Paraná; dirigentes avaliam decisão que colocou a senadora paranaense no segundo cargo mais importante do País

“Tenho muita clareza do tamanho dessa missão. A quem muito é dado, muito será cobrado”, disse a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ao tomar posse como ministra-chefe da Casa Civil, no dia 08 de junho, no Palácio do Planalto. Gleisi assumiu o cargo em substituição a Antonio Palocci, que deixou a função em meio a suspeitas sobre o aumento do seu patrimônio. Caberá a Gleisi o trabalho de acompanhamento das execuções dos principais projetos do governo nos demais ministérios. Um trabalho que, de acordo com a nova ministra, pretende desempenhar de forma técnica, seguindo o exemplo do que fez Dilma Rousseff no período em que esteve à frente da Casa Civil, durante o governo do ex-presidente Lula. “A exemplo da presidente, acredito que a política dá sentido à técnica e a técnica dá sentido à política”, ponderou.

Em seu discurso de posse, Gleisi falou da responsabilidade do cargo, agradeceu a confiança e, por fim, mandou um recado para os eleitores paranaenses. “Quero dizer que meu afastamento do Senado não me afasta dos compromissos que assumi. Estou mudando de instância, mas não de caminho”, afirmou.

A escolha da senadora paranaense para o segundo cargo mais importan-

te do Brasil repercutiu no Paraná. “Foi uma ótima escolha”. Assim reagiu o presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, que estava em Brasília na terça-feira (07/06), quando foi anunciado o nome de Gleisi Hoffmann para a Casa Civil. A ida do presidente à capital federal foi justamente para se encontrar com a senadora. Nessa reunião, seriam discutidos diversos assuntos de interesse do setor, entre os quais a Lei Cooperativista, a qual Gleisi era a relatora. “O Brasil e, consequentemente todos nós paranaenses, ganhamos uma grande Ministra da República, que agora, ao lado do ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, contribuirá de forma mais direta para o desenvolvimento social e econômico de todos os brasileiros”, destacou Koslovski. “A ministra é uma pessoa de diálogo, extremamente profissional e certamente implementará a sua linha de trabalho voltada a viabilizar ações técnicas, operacionais e políticas para promover o desenvolvimento do país”, afirmou.

Na avaliação do presidente da Cooperativa Integrada, Carlos Murate, “a indicação de Gleisi Hoffmann é uma mostra do peso do Paraná no governo federal”. “Claro que perdemos uma importante referência no Senado, já que ela

estava à frente de vários projetos importantes para o cooperativismo”, ponderou Murate. “Mas ganhamos uma grande aliada que agora passa a exercer um dos cargos mais importantes do governo Dilma. Desejo sucesso a ela”, completa.

Senado - Para o presidente da Cocari, Vilmar Sebold, a indicação da senadora paranaense para a Casa Civil reflete o reconhecimento do seu potencial como gestora pública e nova líder política no Paraná. “Com esta decisão, ganha em especial o Paraná, afinal, Gleisi Hoffmann conhece as necessidades e anseios do nosso Estado, em especial, dos nossos agricultores, e poderá contribuir para resolver nossas demandas, quer sejam de infraestrutura ou da Legislação Ambiental, bem como diversos outros pleitos que encontram-se pendentes”, frisou o dirigente. O fato de ter deixado o Senado, na avaliação do dirigente, não enfraquece o Paraná. “O Sérgio Souza, que assumiu o lugar de Gleisi no Senado, já milita há tempos na esfera política, portanto, acreditamos que encontra-se preparado para representar nosso Estado”, comentou.

O presidente da Lar, Irineu da Costa Rodrigues, também compartilha a opinião de que a decisão da presidenta Dilma é positiva para a agricultura

e para as cooperativas. “A senadora é muito afinada com os assuntos do setor, porque se aproximou das cooperativas e da Ocepar. Ela conhece, portanto, nossa região e demandas, por isso recebemos a notícia da sua indicação com grande alegria e, certamente, depositamos nossas esperanças de que, além das coisas andarem melhor para o setor produtivo, haverá transparência e dignidade na Casa Civil”, afirmou o dirigente, lembrando o fato de que a senadora assumiu a Casa Civil num momento de escândalo do governo de Dilma Rousseff. Em relação a saída da paranaense do senado, o dirigente salienta que “não há dúvidas que estávamos bem mais tranquilos com a senadora que tem muita sensibilidade em relação aos assuntos do Paraná, das cooperativas e da agricultura”. “Então, se ela estivesse no Senado, tanto a Lei do Cooperativismo quanto o Código Florestal, teriam o apoio da senadora, agora com o novo senador temos uma expectativa. Esperamos que ele consulte

a nova ministra em relação a esses assuntos”, disse.

O presidente da Unimed Paraná, Orestes Barrozo Medeiros Pullin, disse que o ramo saúde também recebeu de forma bastante positiva a indicação a escolha da senadora Gleisi para a chefia da Casa Civil. “Ela é reconhecida como uma pessoa competente administrativa e politicamente. Acredito que tenha todos os atributos que o cargo exige e que desempenhará bem seu papel”, afirmou. Um fator favorável, completa o dirigente, é que a senadora conhece o cooperativismo e as demandas de cada ramo. “De nossa parte, esperamos que ela continue aberta ao ideal cooperativista e nos ajude a avançar em pontos importantes que estão em discussão. A Ocepar e nós, do cooperativismo em saúde, tivemos a oportunidade de esclarecer à ministra aspectos fundamentais do nosso setor. Nossa expectati-

va é que ela, agora, na Casa Civil, possa colaborar para que o governo estabeleça políticas mais favoráveis ao cooperativismo”, afirmou.

“Estou mudando de instância, mas não de caminho”, garantiu a senadora ao se despedir do Senado

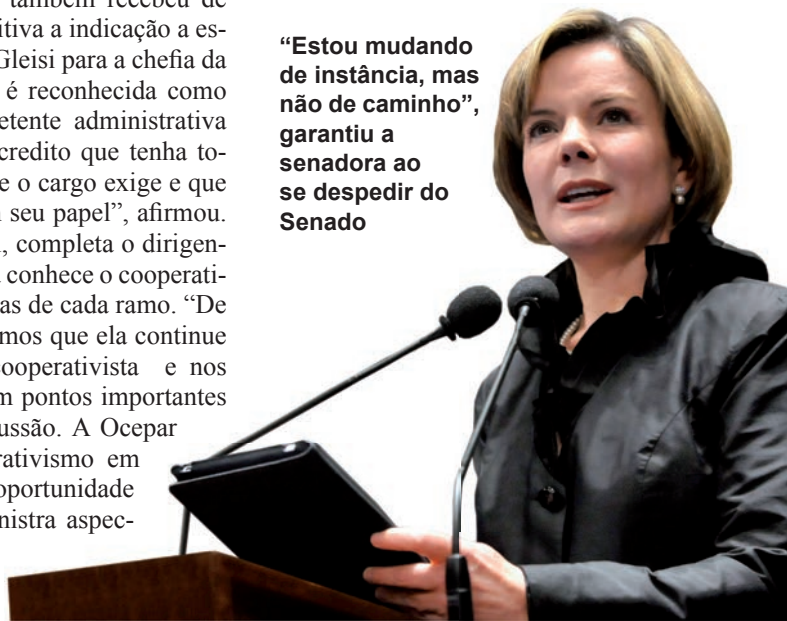


Foto: Agência Senado - Geraldo Magela

Pensar nas pessoas, é pensar num futuro melhor para todos!

ESTA É A NOSSA MISSÃO.

A Cooperativa Agroindustrial Bom Jesus, com sede no município da Lapa (PR), há 58 anos ao lado do homem do campo garante o sucesso da cadeia do agronegócio nas regiões onde atua.

Com o trabalho sério, ético e organizado, a cooperativa colabora de forma direta para o desenvolvimento sócio-econômico regional.

Presente em 12 municípios com 19 estruturas de atendimento, a cooperativa presta os mais diversos serviços para seus 3.700 cooperados.

Por tudo isso, a cada ano que passa, a Bom Jesus apresenta avanços significativos no seu balanço econômico e social, sempre com olhos voltados para a promoção do ser humano.



COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL BOM JESUS



Cooperativa Agroindustrial Bom Jesus

E-MAIL: bomjesus@bj.coop.br • SITE: www.bj.coop.br

TELEFONE: 41.3622-1515 • FAX: 41.3622-1901 • ENDEREÇO DA SEDE: RODOVIA DO XISTO BR 476 km 198

Procap-Agro e Prodecoop terão R\$ 4 bilhões

Governo manteve o montante de recursos da safra anterior nos dois programas destinados especificamente às cooperativas

O governo federal lançou oficialmente, no dia 17 de junho, o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) da safra 2011/12 com as medidas referentes à agricultura empresarial, para a qual foram anunciados recursos de R\$ 107,2 bilhões. Desse total, foram aportados R\$ 2 bilhões para o Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop) e outros R\$ 2 bilhões ao Programa de Capitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (Procap-Agro), totalizando R\$ 4 bilhões. É o mesmo valor do ano passado. As cooperativas tinham reivindicado para esta safra R\$ 5 bilhões, sendo R\$ 2,5 bilhões para cada um dos programas.

No início de junho, o Banco Central, por intermédio da Resolução nº

3.979, reduziu o valor do Procap-Agro para R\$ 1,5 bilhão e do Prodecoop para R\$1,95 bilhão. O setor se mobilizou e, no lançamento oficial do PAP 2011/12, o governo anunciou os valores praticados na safra passada.

Procap-Agro - O Procap-Agro disponibiliza recursos para a recuperação ou reestruturação patrimonial de cooperativas agropecuárias, aquícolas e pesqueiras. Para a integralização de cotas-partes, o limite de crédito será de R\$ 40 mil por associado, desde que não ultrapasse R\$ 50 milhões por cooperativa. Para a safra 2011/12 vai ser mantido o limite de R\$ 50 milhões para saneamento financeiro. Para capital de giro, o limite é de R\$ 25 milhões por cooperativa, descontados os valores tomados em safras anteriores. Para as cooperativas centrais, esse limite é de R\$ 50 milhões. Os juros são de 6,75% ao ano e o prazo de pagamento, no caso de projetos para a integralização de cotas-partes, é de até seis anos, incluídos até dois anos de carência.

Em relação ao capital de giro, a Ocepar propôs ao governo que o limite de R\$ 25 milhões pudesse ser acessado independentemente dos financiamentos contratados em anos anteriores. O pleito foi contemplado com a aprovação da medida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), na reunião ocorrida no dia 30 de junho, onde foram autorizados outros ajustes no PAP 2011/12.

Prodecoop - No Prodecoop, houve aumento do limite de crédito, de R\$ 50 milhões para R\$ 60 milhões



Fonte: Roberto Suckert Filho

A presidente Dilma Rousseff esteve presente no lançamento oficial do PAP 2011/12 em Ribeirão Preto (SP), no dia 17 de junho

Crédito Rural – Safra 2011/2012

em R\$ bilhões

Financiamento	2010/2011	2011/2012	variação (%)
Custeio e comercialização	75,6	80,2	6,08%
Juros controlados	60,7	64,1	5,60%
Juros livres	14,9	16,1	8,05%
Investimento	18	20,5	13,89%
Linhas Especiais	6,4	6,5	1,56%
TOTAL	100	107,2	7,20%

Fonte: SPA/Mapa

por tomador. O novo PAP vai permitir a aquisição de ativos operacionais de empreendimentos já existentes relacionados às ações enquadradas. Os juros são de 6,75% ao ano com prazo de até 12 anos para pagamento. A partir dessa safra, também será admitida a concessão de financiamento para federações e confederações que atuem diretamente na fabricação de insumos e no processamento e industrialização da produção.

O Prodecoop repassa recursos destinados ao financiamento de projetos ligados ao complexo agroindustrial das cooperativas brasileiras. O programa também contempla a possibilidade de projetos para a integração de cooperativas na industrialização de produtos prontos para o consumo humano, processados e embalados, agregando valor e alavancando eficiência e capacidade produtiva do sistema cooperativo.

Os R\$ 4 bilhões referentes ao Procap-Agro e Prodecoop fazem parte do montante destinado pelo governo federal às operações de investimentos, para as quais foram destinados, ao todo, R\$ 20,5 bilhões, incluindo mais programas como o ABC, Moderinfra, Moderagro, entre outros. Para custeio e comercialização da safra 2011/12, foram reservados R\$ 80,2 bilhões, dos quais R\$ 64,1 bilhões (80%) a juros controlados. Já as linhas especiais ficaram com um aporte de R\$ 6,5 bilhões.

O aumento de apenas 7,2% no total de recursos destinados ao novo plano não contemplou as expectativas das cooperativas do Paraná, que haviam reivindicado R\$ 120 bilhões. “Os R\$ 107 bilhões disponibilizados pelo governo representam uma correção meramente equivalente à inflação no último ano. O valor não será suficiente para atender as demandas da agricultura em um ano que haverá expansão do agronegócio brasileiro, setor fundamental para equilibrar a balança comercial”, afirmou o gerente técnico e econômico da Ocepar, Flávio Turra.

Limite – O setor também estava preocupado com outras medidas do plano safra 2011/12, como o estabelecimento de limites de financiamento unificado por CPF e por safra em R\$ 650 mil para os produtores de grãos e fibras. “Essa unificação poderia causar um impacto negativo na cultura do milho, especialmente no Paraná, que é o maior produtor nacional do cereal. Em nosso entendimento, a norma iria desestimular o plantio da safra de verão, o que traria consequências negativas para outras cadeias produtivas, como a de suínos e aves, onde o milho é utilizado na alimentação. Além disso, poderia impedir que o agricultor investisse em outras culturas ou atividades agropecuárias”, afirma Turra.

Diante disso, a Ocepar solicitou a revisão dos critérios para o enquadramento das operações de custeio do milho aos Ministérios da Agricultura e da Fazenda logo depois que o PAP 2011/12 foi divulgado. No final de junho, o CMN aprovou a concessão de limite de crédito adicional de até R\$ 500 mil, por beneficiário, aos produtores de milho das regiões Sul, Sudeste e Nordeste, atendendo à reivindicação do setor.

A redução do preço mínimo do feijão, de R\$ 80,00 para R\$ 72,00 a saca, foi outro ponto que não agradou as cooperativas, que considera a política dos preços mínimos importante para balizar a remuneração do produto, devido ao mercado muito instável. “Com a diminuição dos preços, os produtores de feijão tornam-se muito mais vulneráveis ao mercado”, afirma o gerente da Ocepar.

O cooperativismo paranaense la-

Investimento: volume de recursos por programa

Programa/ Fontes	Recursos Programados		Limite de Crédito (R\$ mil)	Prazo Máximo (anos)	Carência (anos)	Taxa de Juros (% ao ano)
	(R\$ milhões)					
	BNDES/Banco do Brasil					
	2010/2011	2011/2012				
ABC	2.000					
Produsa	1.000					
Propflora	150					
Moderinfra	1.000	1.000	1.300 ⁽²⁾	12	3	6,75
Moderagro ⁽³⁾	850	850	600	10	3	6,75
Prodecoop	2.000	2.000	60.000 ⁽⁴⁾	12	3	6,75
Procap-Agro	2.000	2.000	50.000	até ⁽⁶⁾	2 e 6 meses	6,75
Moderfrota	1.000	1.000	-	até 8 ⁽⁵⁾	Sem carência	9,5
Moderfrota Pronamp	500	500	-	até 8 ⁽⁵⁾	Sem carência	7,5
TOTAL BNDES/ B. do Brasil	10.500	10.500	-	-	-	-
Fundos Constitucionais	2.450	2.900				5 a 8,5 ⁽⁷⁾
Rec. Obrigat. (MCR 6.2)	2.100	4.500				
Pronamp	1.200	1.600				
Outras Fontes ⁽⁸⁾	1.800	1.000				
TOTAL GERAL	18.050	20.500	-	-	-	-

Fonte: SPA/Mapa

mentou o fato do governo ainda não ter implementado o Fundo de Catástrofe. “Isso seria um instrumento vital à segurança da produção agrícola brasileira”, acrescenta Flávio.

Médio Produtor – Entre os aspectos positivos do PAP 2011/12, as cooperativas do Paraná apontaram as medidas relacionadas ao Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), como o aumento do limite da renda bruta anual para enquadramento para R\$ 700 mil. O Pronamp terá recursos de R\$ 8,3 bilhões, um aumento de 48,2% na comparação com os R\$ 5,65 bilhões do ciclo anterior. O CMN também aprovou a renovação simplificada dos financiamentos para os agricultores enquadrados no Programa que já o tenham acessado anteriormente.

Preço mínimo - O aumento do preço mínimo do leite (de 7,4% no Paraná até 8,5% para o norte do Brasil e Mato Grosso) e o da raiz de mandioca (de 13,8% para o Norte e Nordeste até 21% para o Paraná), além do incentivo às práticas sustentáveis por meio do Programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono) também foram bem recebidos pelo setor.

Preservação em alta

Investimentos das cooperativas em ações ambientais estão em crescimento no Paraná

As cooperativas do Paraná estão investindo cada vez mais em ações voltadas à preservação do meio ambiente. Em sete anos, de 2003 a 2009, os recursos aplicados saltaram de R\$ 11,9 milhões para R\$ 70 milhões, o que representou um crescimento de 488% nesse período. Para 2010 e 2011, cujos dados ainda estão em fase de consolidação, também projeta-se uma expansão nos montantes direcionados nessa área. "A gestão ambiental já faz parte da cultura das cooperativas, motivo pelo qual os investimentos do setor, que em 2011 devem totalizar R\$ 1,1 bilhão, contemplam diversas ações ambientais", afirma o presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski.

Ele lembra, por exemplo, que na implantação de uma nova planta industrial ou, então, em projetos voltados à ampliação e modernização das unidades já existentes, a preservação do meio ambiente e a adequação à legislação vigente são itens prioritários e que demandam

recursos financeiros. "Hoje não se pode mais pensar no negócio ou na gestão de uma cooperativa sem levar em conta as questões ambientais. A sociedade exige isso e o setor no Paraná vem dando a sua resposta", salienta. A atenção dada aos assuntos ambientais, completa o dirigente, reforça ainda mais a ligação entre os conceitos de cooperativismo e sustentabilidade. "O cooperativismo tem como princípio promover o crescimento econômico com desenvolvimento social e, agregando-se a isso a questão ambiental. Temos, então, os mesmos três pilares que norteiam o conceito de sustentabilidade", pondera.

Ações - Os investimentos das cooperativas paranaenses em meio ambiente abrangem diversas atividades. São projetos de geração de energia renovável, reflorestamento, tratamento de efluentes, combate à poluição do ar, melhoria da qualidade da água, recolhimento de embalagens vazias, difusão de técnicas sustentáveis de produção agrícola, como o

Sistema de Plantio Direto, e adoção de novas fontes de energia, a exemplo da Cooperativa Lar que está utilizando os efluentes da sua Unidade de Produção de Leitões e do frigorífico para produção de biogás.

"Nos últimos anos, percebe-se uma preocupação com a educação ambiental, demonstrando que uma nova cultura está sendo incorporada e internalizada no âmbito das cooperativas com reflexos também no meio rural", afirma o engenheiro agrônomo da Ocepar, Sílvio Krinski. O recolhimento de embalagens de agrotóxicos é um resultado disso. Enquanto na média brasileira o índice de devolução é de 80% das embalagens, segundo dados do InpEV- Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias, o que já coloca o País em posição de destaque no cenário internacional, no Paraná, a cada ano, cerca de 96% das embalagens são devolvidas pelos agricultores.

Tratamento de efluentes - A





Foto: Assessoria Ocepar

Copacol, de Cafelândia, no Oeste do Paraná, é um exemplo de como o setor cooperativo está lidando com a questão ambiental. A cooperativa investiu no ano passado mais de R\$ 725 mil no tratamento de efluentes do seu abatedouro de aves. O resultado deste trabalho é uma eficiência de 98% na remoção da carga orgânica do efluente, minimizando o impacto de seu descarte ao meio ambiente. A cooperativa tem ainda investido em ações que proporcionam o reuso de água em seus processos industriais, sendo que no abatedouro de aves, os investimentos possibilitaram reutilizá-la em limpezas externas e no transporte de subprodutos em calhas e canaletas. Outra ação foi a implantação de uma unidade de tratamento de efluentes na UPL - Unidade de Produção de Leitões da Copacol, inaugurada no início de 2010. Com investimentos de aproximadamente R\$ 850 mil no sistema de tratamento, a unidade tem capacidade para reutilizar 80% do efluente gerado, direcionando para limpeza da granja em geral.

Qualidade da água - Água de boa qualidade é o que está vertendo das milhares de minas recuperadas e protegidas por meio de projetos desenvolvidos pelas cooperativas do Paraná, em parceria com outras entidades. Em Cascavel, por exemplo, o projeto Água Viva é mantido pela Coopavel Cooperativa Agroindustrial em parceria com a multinacional Syngenta e apoio do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) desde 2004. Ao todo, 4,5 mil nascentes já foram recuperadas pela cooperativa. Os associados não têm custos para implantar o projeto. Eles entram somente com a mão de obra e o material - canos de PVC, pedras e cimento, que custam muito pouco. Para a Coopavel, recuperar uma nascente sai, em média, R\$ 500,00.

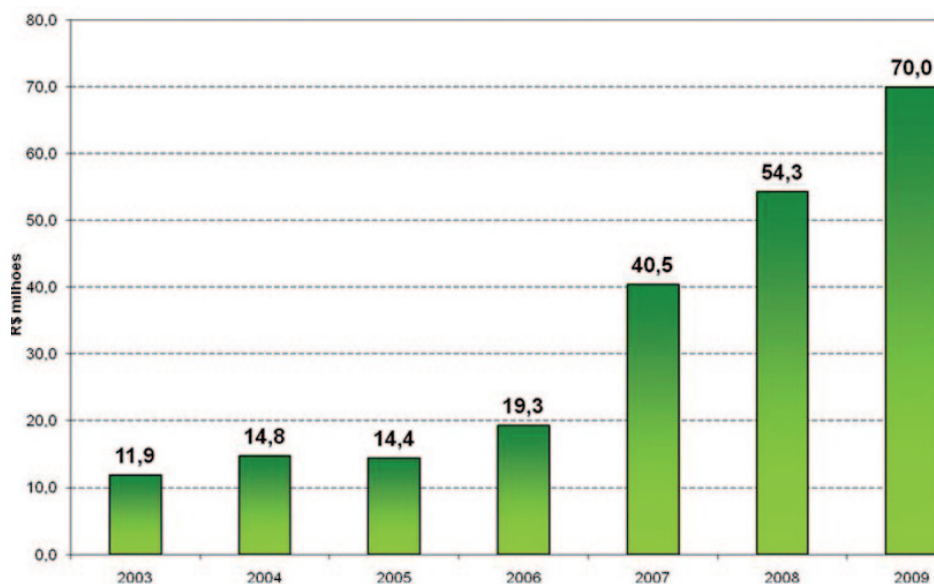
Essa iniciativa tem trazido reflexos para os negócios dos produtores. Dirceu Krebs, um dos primeiros a se beneficiar do sistema de proteção de nascentes, conta que, até 2003, enfrentava dificuldades por causa de constantes problemas de saúde nas aves resultado da baixa qualidade da água e alta contaminação por coliformes. Após a implantação do projeto, a sua realidade mudou e, já no primeiro lote de aves, o rendimento mostrou-se bem melhor. "As aves mais sadias conseguem uma conversão alimentar mais adequada", disse Krebs, que tem a avicultura como a principal fonte de renda.

O Água Viva está presente em 17 municípios onde a cooperativa têm filiais, nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, e em outros 12 estados brasileiros, além de países vizinhos. "É um programa que proporciona benefícios ambientais, econômicos e sociais", frisa Dilvo Grolli, presidente da Coopa-

vel, lembrando que o Água Viva já foi premiado na Alemanha e, em 2008, foi considerado o melhor projeto ambiental do Brasil pela Organização das Cooperativas Brasileiras e a revista Globo Rural.

Exemplo - Inspirada nos bons resultados obtidos pelo Água Viva, a Cocari, com sede em Mandaguari, criou o projeto Olho D'Água que atualmente conta com 183 minas das propriedades dos cooperados restauradas e 336 no cadastro de espera. Para a cooperativa, a alta demanda significa que o agricultor está cada vez mais consciente da necessidade do cuidado com o meio ambiente, preocupado em preservar os recursos naturais de sua propriedade e, principalmente, está muito confiante no projeto. "Para nós, da Cocari, boas ideias necessitam sim, ser copiadas", afirma o presidente da cooperativa, Vilmar Sebold.

Investimentos em meio ambiente



Fonte: Getec / Ocepar



Frimesa investe em Parque Ambiental

Com recursos da venda de resíduos recicláveis, cooperativa preserva área de 50 hectares de mata nativa e nascentes

Para idealizar o projeto do Parque Frimesa, a cooperativa investiu R\$ 363,4 mil, recursos gerados com a venda de resíduos industriais. Em 2010, por exemplo, mais de 1.500 toneladas foram encaminhadas para a reciclagem e a arrecadação resultou em R\$ 333,5 mil. “É a transformação do metal em ouro, ou seja, convertemos os resíduos industriais gerados em receita que foi investida na construção da trilha ecológica e na preservação do meio ambiente”, afirma o diretor executivo, Elias José Zydek.

O Parque Frimesa está integrado à unidade industrial de Carnes, em Medianeira, Oeste do Paraná, onde diariamente mais de 2.500 trabalhadores se dedicam ao processo de industrialização de 4.000 suínos. Esse contraste mostra, mais uma vez, que é possível conciliar as metas industriais com a preservação ambiental. Na prática, dos 70 hectares de área, localizado às margens da BR 277, em 20 estão a infraestrutura industrial e 50 hectares são cobertos por floresta

nativa. Por estar no perímetro urbano, a área contribui para a qualidade do ar e do clima da cidade. “Do total de mata nativa de Medianeira, 42% está dentro do território da Frimesa e estamos comprometidos com a sua permanência”, afirma Zydek.

Rico em biodiversidade e em aspectos históricos culturais (da época da colonização do município), o Parque é mantido pela Frimesa como área de preservação permanente. Uma extensão de 1.500 metros do rio Alegria (principal do município) passa pelo local formando belas paisagens, como uma cachoeira natural. Outro atrativo é a barragem de uma usina desativada, construída em 1953. A energia produzida iluminou, pela primeira vez, a principal avenida da cidade para mostrar a prosperidade da região e atrair compradores de terra. A usina também forneceu energia para atividades do frigorífico e foi desativada em 1963. Uma cascata que nasce ao norte do parque também deságua no rio

Alegria. Na floresta, árvores raras como Pau Marfim, Cedro, Peroba e Cabreúva podem ser vistas, bem como alguns animais: macaco, furão, diversos tipos de borboletas, pássaros (jacu, sabiá, pardal, trincaferro, canário terra, coleirinha e gavião).

Para viabilizar a visitação ao parque, a Frimesa precisou readequar a infraestrutura com um projeto arquitetônico que envolveu a construção de uma trilha ecológica, dois portais e dois mirantes, além da reconstituição da flora com o plantio de forrageiras, flores e algumas espécies de árvores nativas e exóticas. Com as obras concluídas, a Frimesa aguarda do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) a licença de operação para, finalmente, abrir o Parque para a comunidade. Para receber o público, principalmente crianças das escolas da região, a Frimesa disponibilizará monitores que durante o trajeto repassarão informações do parque e orientações de conscientização ambiental.

QUALIDADE E PARCERIA DÃO RESULTADO. ÓLEO DE SOJA COAMO, ENTRE OS MAIS VENDIDOS DO PAÍS.

O óleo de soja refinado Coamo acaba de obter relevante destaque em vendas no ranking nacional, segundo a pesquisa Mix de Marcas da revista Supermercado Moderno.

Os Alimentos Coamo são reconhecidos pela qualidade, praticidade, sabor e capacidade de encantar os mais exigentes consumidores. Por isso, vendem mais.

Estamos trabalhando para continuar surpreendendo o consumidor e contribuindo para o crescimento de nossos clientes/parceiros.



**ONOSSO RECONHECIMENTO A TODOS
POR MAIS ESSA GRANDE CONQUISTA.**

ALIMENTOS
Coamo
A festa do sabor

LINHA VAREJO



Pós graduação em energia renovável

Profissionais das cooperativas do Paraná serão preparados a desenvolver projetos inovadores para a geração de biogás

Terá início, no dia 15 julho, o curso de pós graduação que visa capacitar profissionais de cooperativas do Paraná a desenvolver projetos inovadores para a geração de energias renováveis, com ênfase em biogás. A especialização é fruto de parceria entre o Sistema Ocepar, Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Itaipu Binacional. "O curso foi formatado para atender as necessidades das cooperativas procurando aliar a experiência em gestão da FGV com o conhecimento técnico gerado no Parque Tecnológico de Itaipu", informa o engenheiro agrônomo e assessor da área de meio ambiente da Ocepar, Silvio Krinski.

A especialização terá duração de aproximadamente 20 meses, totalizando 446 horas/aula. As aulas serão ministradas mensalmente, às sextas e sábados, no Parque Tecnológico Itaipu, em Foz do Iguaçu. "A ideia é preparar os técnicos no sentido de transformar um passivo ambiental em oportunidades de negócios para as cooperativas e produtores", frisa Krinski.

"Por princípio, o sistema cooperativista desenvolve seu trabalho dentro de processos sustentáveis e esse é mais um exemplo concreto que mostra a nossa preocupação em executar nossas atividades buscando conciliar a produção de alimentos com a preservação do meio ambiente", ressaltou o superintendente da Ocepar, José Roberto Ricken.

Segundo a Itaipu Binacional, o biogás é um produto que vem sendo recorrentemente desperdiçado, apesar do seu enorme potencial energético. É obtido não só no meio rural, mas também no urbano, a partir dos efluentes dos esgotos das cidades e do lixo orgânico que podem ser convertidos em energia por processo simples de biodigestão anaeróbica. No Brasil, a utilização dos resíduos do campo e da cidade para a produção de biogás permitira gerar cerca 470 milhões de KWh anuais, suficientes para abastecer aproximadamente 5 milhões de residências. No caso das cooperativas, essa energia pode ser utilizada para o autoabastecimento de eletricidade e o excedente

vendido para a concessionária local.

Projeto – O assessor da Ocepar explica que a pós graduação em energias renováveis integra uma das ações do projeto "Agroenergia" que está sendo estruturado pela Ocepar, contemplando duas diretrizes: capacitação e transferência de tecnologia. O primeiro passo nesse sentido foi dado no ano passado, com a formalização de um termo de cooperação técnica com Itaipu, que prevê o intercâmbio de informações e de iniciativas relacionadas à energia proveniente de biomassa residual.

"É uma iniciativa que também está alinhada ao programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), lançado em 2010 pelo governo federal e cujo objetivo é aliar a produção de alimentos e bioenergia com redução dos gases de efeito estufa. O tratamento de resíduos animais é uma das ações incentivadas pelo programa, que faz parte do plano agrícola e pecuário, com destinação de recursos próprios para promover uma agricultura mais sustentável", completa Silvio.





Impacto negativo



Importação de leite favorecida por vantagens econômicas gera prejuízos para a cadeia produtiva do Sul do País

O aumento das importações de produtos lácteos está causando prejuízos para a cadeia produtiva, especialmente no Sul do País, responsável por 30% da produção nacional de leite. Diante dessa situação, os Sindicatos e Organizações das Cooperativas dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Ocepar, Ocesc e Ocergs) estão cobrando do governo federal medidas para evitar que o problema se agrave ainda mais. "As importações brasileiras de lácteos, em sua maioria leite em pó, que representaram 51% em 2010, principalmente de origem do Mercosul (85% em 2010), são abusivas e desnecessárias pois se aproveitam das vantagens econômicas trazidas pelo sistema cambial, atualmente favorável, impactando negativamente no mercado interno", afirmam os presidentes das três organizações João Paulo Koslovski, Marcos Antônio Zordan e Vergílio Frederico Perius, respectivamente, em ofício encaminhado aos ministros da Agricultura, Wagner Rossi, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Damata Pimentel.

No documento, as três entidades solicitam que o governo aumente a TEC

(Tarifa Externa Comum) de 28% para 35% para produtos lácteos. Propõem ainda a prorrogação, por mais 12 meses, do acordo entre Brasil e Argentina que limita o volume de importação em três mil e trezentas toneladas/mês de leite em pó por importador, que vence em julho de 2011. Os representantes das cooperativas do Sul também reivindicam a criação de cota para importação de leite em pó oriundo do Uruguai, nos mesmos moldes estabelecidos para Argentina.

As organizações cooperativas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul ressaltam que, nos últimos três anos, a cadeia produtiva do leite vem enfrentando um cenário de constante saldo negativo na balança comercial. "No Brasil, o total das importações em 2009 representaram US\$ 266,7 milhões, em 2010, US\$ 336,1 milhões, e em 2011 no 1º trimestre, US\$ 133,8 milhões. A condição comercial do leite está sendo agravada pelo crescente volume de importações ocorridas ao longo desses anos, e se acentuou no 1º trimestre de 2011, no qual o valor das importações cresceu 134%, em relação ao mesmo período de 2010, enquanto as exportações

sofreram uma queda de 40% em valor no mesmo período", frisam os dirigentes.

Prorrogação da IN n.º 51

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento prorrogou por seis meses a entrada em vigor da Instrução Normativa nº 51/2002, prevista para ser aplicada a partir de 1º de julho deste ano. A legislação determina novos parâmetros de qualidade para produção do leite nacional. A norma exigiria a redução em 87% da contagem total de bactérias e em 50% a contagem de células somáticas presentes em cada mililitro de leite. Com isso, o limite de contagem bacteriana total (CBT), que atualmente é de 750 mil Unidades Formadoras de Colônia (UFC) por mililitro, baixaria para 100 mil UFC/ml com relação à contagem de células somáticas (CCS), o teto passaria de 750 mil células/ml para 400 mil/ml.

Crescer é a meta

Com foco na área empresarial, Sicoob Aliança de Apucarana projeta aumentar os ativos e contribuir para que o Sistema alcance R\$ 1 bilhão

Aumentar os ativos para R\$ 40 milhões. Segundo o presidente do Conselho Administrativo do Sicoob Aliança de Apucarana (PR), Osnei José Simões Santos, esse é o objetivo da cooperativa para 2011, o que representa R\$ 10 milhões a mais do que foi contabilizado no ao passado. "Com essa meta pretendemos contribuir para que o Sicoob Central Paraná chegue a R\$ 1 bilhão em ativos neste ano", disse o dirigente.

Com aproximadamente dois mil cooperados e atuando em 29 municípios do Vale do Ivaí, o Sicoob Aliança tem postos de atendimento nas cidades de Apucarana, Jandaia do Sul e Ivaiporã, mas pretende expandir para municípios como Faxinal, Mauá da Serra, Pitanga, Manoel Ribas, entre outros. "Temos crescido muito, acima até do restante do mercado financeiro", lembra. Segundo Osnei, o foco da cooperativa é a área empresarial. "Nossos principais parcei-

ros são as associações comerciais e sindicatos patronais. Há sete anos, quando instalamos a cooperativa em Apucarana, trouxemos aos pequenos empresários uma maior tranquilidade. Eles passaram ter acesso a taxas e tarifas mais baratas e com um melhor atendimento, diferenciais importantes do sistema cooperativista", ressaltou.

De acordo com o dirigente, pequenos empresários acabam pagando de 4% a 5% de juros para agiotas por não terem condições de organizar toda papelada necessária para poder pegar dinheiro mais barato junto às instituições financeiras. "Através da cooperativa, oferecemos todas as orientações necessárias, tanto aos empresários como às suas assessorias contábeis, para que se organizem e busquem recursos em nossas cooperativas de crédito e não paguem esses juros abusivos", afirmou.

Osnei Santos lembra que a cooperativa distribuiu sobras no final do ano aos cooperados, fato que tem atraído muitos empresários. "No ano passado, nossa cooperativa pagou 22% a mais na taxa de CDI aos cooperados que aplicaram dinheiro conosco. Grandes empresários nos procuraram e afirmaram que muitos bancos pagam apenas 1% a 2% a mais de taxa no CDI. Fazemos isso graças a uma administração enxuta, quase

espartana, com apenas 30 funcionários e todos trabalhando com o foco dirigido apenas e exclusivamente no cooperado". Ele resalta que muitos bancos agregam muitos "penduricalhos" nas faturas dos clientes, o que torna a conta mais cara, fato que não acontece na cooperativa. "Nós, do sistema de crédito cooperativo, trabalhamos dentro daquilo que nosso cooperado deseja, ou seja, juros acessíveis, baixos custos e um atendimento personalizado", acrescentou Osnei.

Sobre o Sicoob – O Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) é formado por uma Confederação, um Banco, 14 cooperativas centrais, 584 cooperativas singulares, 1.300 postos de atendimento, 1.884 pontos de atendimento e quase dois milhões de cooperados em todo o País. No Paraná, o Sicoob iniciou as atividades em 2002. O Sicoob Aliança é uma das 19 singulares atualmente filiadas à central paranaense que, ao todo, abrange ainda 70 postos de atendimento e 74 mil cooperados.



Foto: Sicoob Aliança

Sede do Sicoob Aliança, em Apucarana



R\$3,8 bilhões

para a safra 2011/2012

Expectativa do Sicredi é liberar cerca de R\$ 1,2 bilhão para o Paraná, sendo R\$ 360 milhões ofertados nos meses de julho e agosto

A expectativa do Sicredi é liberar R\$ 3,8 bilhões para o Plano Safra 2011/2012, disponibilizando aos associados recursos para custeio, investimento e comercialização nas linhas de crédito disponíveis. Para os meses de julho e agosto, a previsão de liberação de recursos é de R\$ 1,3 bilhão. Para a safra 2011/2012 entra em vigência uma série de alterações estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) nas normas dos financiamentos (de renda e limite de crédito) com recursos do crédito rural, relativos às modalidades de custeio, investimento e ligadas ao Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), ao Pronamp (Programa Nacional de Apoio

ao Médio Produtor Rural) e também aos financiamentos concedidos pelo BNDES.

Cerca de R\$ 1 bilhão está reservado ao Pronamp, devido à alteração já anunciada pelo CMN no critério de enquadramento desta linha, que passa dos atuais R\$ 500 mil para R\$ 700 mil, e o limite de financiamento, que passou de R\$ 275 mil para R\$ 400 mil. Já para o Pronaf a expectativa de liberação de recursos é de R\$ 850 milhões e R\$ 1,95 bilhão destinados aos demais produtores. Serão atendidas demandas de crédito de mais de 150 mil associados.

Paraná - No Estado, a expectativa é liberar aproximadamente R\$ 1,2 bilhão, sendo R\$ 360 milhões ofertados

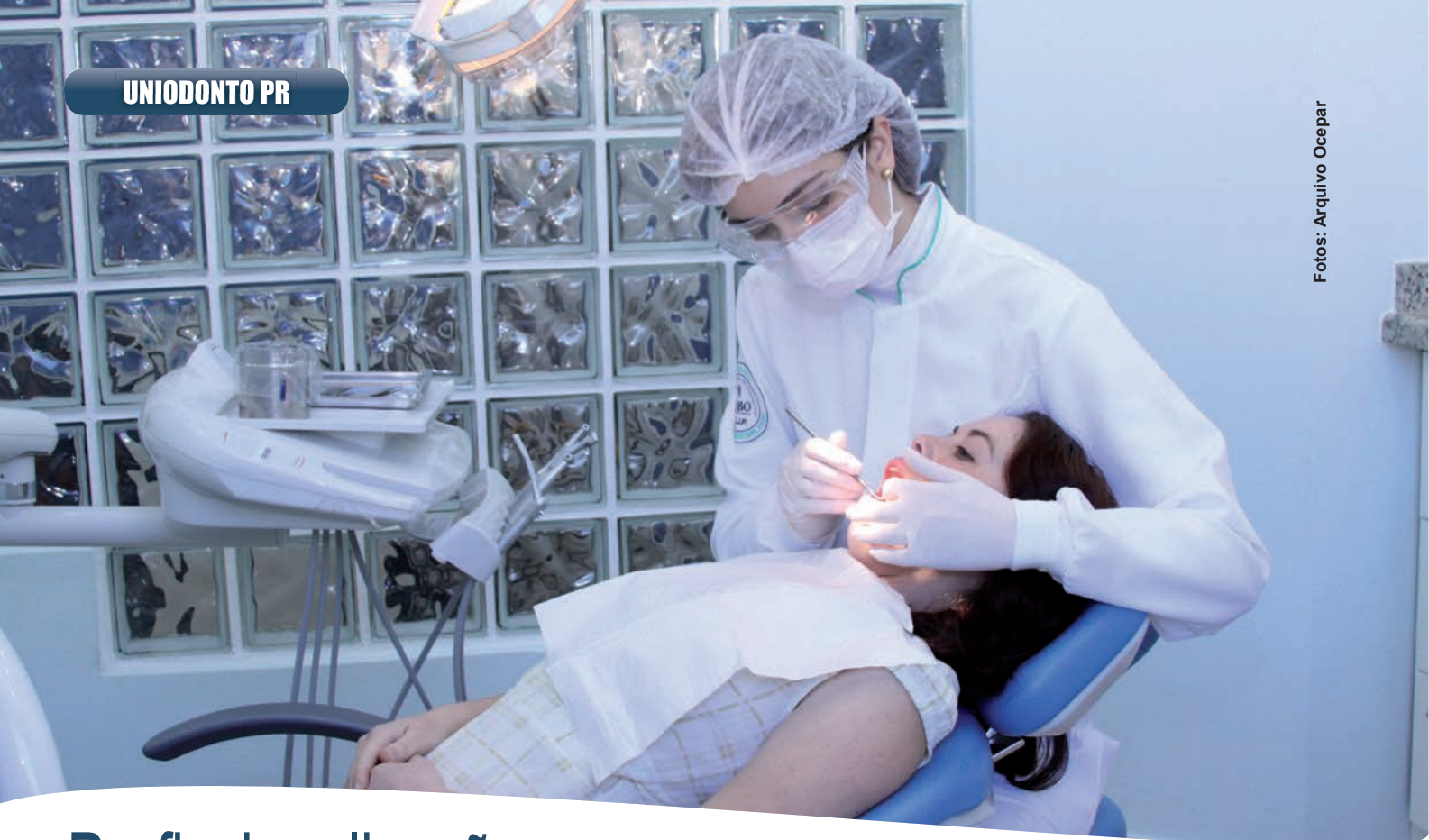
nos meses de julho e agosto. Para o presidente da Central Sicredi PR e Sicredi Participações S.A, Manfred Alfonso Dasenbrock, a evolução dos números do Sicredi neste segmento demonstra o desenvolvimento do setor agrícola, atualmente praticando bons preços e com demanda crescente por alimentos. “O Sistema, por meio das cooperativas, tem se mostrado eficaz no atendimento do associado em relação ao crédito rural, na hora certa e no que diz respeito a recursos e orientações de aplicação”, declara. Dasenbrock diz ainda que o volume de recursos no Pronaf é expressivo, pois são operações de menor escala, destinadas a produtores de agricultura familiar.

Expectativa de liberação no Paraná:

Demais produtores	R\$ 600 milhões
Pronamp	R\$ 350 milhões
Pronaf	R\$ 260 milhões
Total	R\$ 1,2 bilhões

Previsão para liberação em julho e agosto:

Demais produtores	R\$ 160 milhões
Pronamp	R\$ 110 milhões
Pronaf	R\$ 90 milhões
Total	R\$ 360 milhões



Profissionalização e fortalecimento

Novo presidente da Uniodonto Paraná pretende fortalecer o sistema por meio da aperfeiçoamento da gestão, focando principalmente as pequenas cooperativas

Profissionalizar a gestão para fortalecer as cooperativas odontológicas do Paraná, especialmente as de menor porte. É com esse propósito que o dentista Eduardo Guimarães Junqueira de Andrade assumiu a presidência da Federação das Uniodontos do Paraná, no início de abril. “O Estado já chegou a ter 12 cooperativas odontológicas e hoje possui quatro. Queremos promover o Sistema Uniodonto no Paraná, com foco especial nas pequenas para que elas possam sobreviver e prosperar. Também vamos trabalhar para que os municípios que ainda não dispõem de atendimento possam ter unidades”, afirmou.

Para o novo presidente da Uniodonto Paraná, o caminho para tornar as cooperativas mais fortes é a profissionalização da gestão, que pode ser alcançada por meio da capacitação. Eduardo pretende estimular as cooperativas a

usufruírem mais dos treinamentos oferecidos pelo SESCOOP/PR. “Eu mesmo concluí um MBA de gestão empresarial, promovido pelo SESCOOP/PR em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, entre os anos de 2008 e 2009. Queremos que mais profissionais da Uniodonto tenham acesso a esses benefícios que estão disponíveis, mas ainda estão sendo pouco utilizados, muitas vezes por falta de conhecimento”, disse.

Ele também acha importante subsidiar as cooperativas do sistema com os conteúdos discutidos nas reuniões do Conselho Técnico Operacional, que contam com a presença dos presidentes de todas as federações da Uniodonto, quatro vezes por ano, em São Paulo “Queremos repassar as informações mais importantes para que as cooperativas possam utilizá-las no momento de fazer as transformações e melhorias necessárias. São dados que podem fa-

zer a diferença na tomada de decisões”, frisou.

Atualmente, o Sistema Uniodonto conta com 130 singulares em todo o País, cerca de 20 mil cirurgiões dentistas cooperados e mais de 2.300.000 de usuários, em mais de 1.300 municípios brasileiros. No Paraná, são quatro singulares que atendem cerca de 350 mil usuários, dos quais 320 mil pela Uniodonto Curitiba, e os demais pelas unidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, numa média de 10 mil cada. Na avaliação do presidente da Uniodonto Paraná, há muito espaço para o cooperativismo no segmento odontológico. “A renda da população brasileira está aumentando, está havendo maior inclusão social e as pessoas estão cada vez mais esclarecidas. Além disso, apenas 7,5% da população brasileira têm planos odontológicos, contra 23,5% que possuem planos médicos. Podemos

chegar ao mesmo patamar. A margem de crescimento é grande e o que precisamos fazer é convencer as pessoas de que um plano odontológico é viável

economicamente e vale a pena adquiri-lo”, disse.

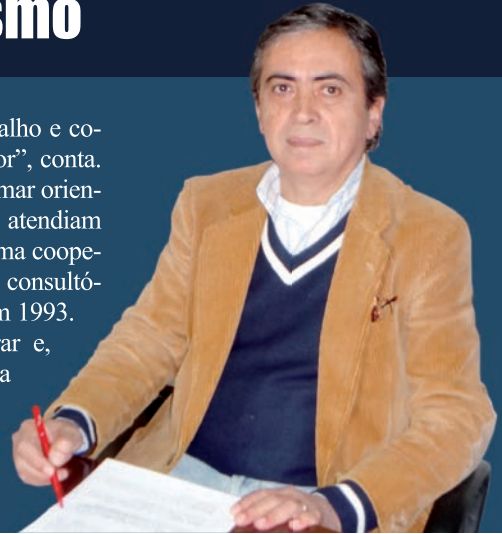
Preocupação – Em relação ao mercado, Eduardo salientou ainda que

o surgimento, neste ano, da Unimed Odonto, originária da Unimed Seguros e que faz parte de uma holding, está causando preocupação ao setor.

Trajetória no cooperativismo

Natural de Bebedouro (SP), Eduardo Guimarães Junqueira de Andrade foi criado em Lins (SP), onde se formou em odontologia. É pós-graduado em odontopediatria pela USP de Bauru e, além de estar no comando da Federação, também é presidente da Uniodonto Maringá, da qual foi um dos fundadores. “A mosca do cooperativismo me picou quando vim de São Paulo para trabalhar como dentista no Paraná, na Cocamar, em 1980. Foram 13 anos maravilhosos em que aprendi a

filosofia cooperativista de trabalho e comecei a gostar de atuar no setor”, conta. Ele lembra que a própria Cocamar orientou todos os profissionais que atendiam os seus cooperados a formar uma cooperativa odontológica quando os consultórios dela foram desativados, em 1993. “Nós passamos a nos preparar e, três anos depois, fundamos a Uniodonto Maringá, com 50 cooperados e hoje somos em 85”, afirma.



TECNOLOGIA e PRODUTIVIDADE para sua lavoura

Sementes de aveia, feijão, soja e trigo

www.integrada.coop.br

Conhecimento e integração no 19º Suespar

**Representantes das Unimed
do Sul e de outros estados
participaram das atividades
realizadas entre os dias 23 e 26 de
junho, em Foz do Iguaçu**

Cerca de mil pessoas puderam desfrutar de intensa programação técnica e social, entre os dias 23 e 26 de junho, em Foz do Iguaçu, durante o 6º Encontro das Unimeds do Polo Mercosul e 19º Simpósio das Unimeds do Paraná (Suespar). Os eventos foram promovidos pelas Unimeds Mercosul e Federação Paraná, com patrocínio da Seguros Unimed e Central Nacional e apoio do Sescop-PR e Unimed Foz do Iguaçu. Todas as atividades foram organizadas com o intuito de promover a troca de experiências, não apenas entre as Unimeds do Paraná, Santa Catarina e Rio grande do Sul, mas também com as co-irmãs de outros cantos do país e com outras instituições.

Este ano, os convencionais puderam escolher entre os 15 minieventos voltados a questões operacionais. Palestras magnas foram proferidas por nomes de destaque no cenário nacional, como o economista e ex-presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, e o empresário e navegador Amyr Klink. Foi ainda realizado um painel para discutir a visão política do Sistema Unimed com a presença dos deputados federais Eduardo Sciarra e André Zacharow, da representante da Agência Nacional de Saúde, Carla Soares, do assessor jurídico da Unimed do Brasil, José Cláudio Ribeiro, e do presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski.

Abertura – Estiveram presentes na abertura oficial do 19º Suespar e do 6º Encontro das Unimeds do Pólo Sul, o presidente da Unimed do Brasil, Eudes Aquino; o presidente da Associação Médica do Paraná, José Fernando Macedo; o presidente da Fundação Unimed, João Caetano; o presidente da Central Nacio-

nal Unimed, Mohamad Akl; o presidente do Conselho Regional de Medicina no Paraná, Carlos Rocha; o presidente da Unimed Foz do Iguaçu, Fábio Trombini Griesbach; o presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski, os deputados federais André Zacharow e Eduardo Sciarra, entre outros representantes do setor de cooperativismo e de saúde.

“Nosso encontro é uma celebração de nossas trajetórias e um convite à reflexão”, disse o presidente das Unimeds Mercosul e Paraná, Orestes Pullin, em seu pronunciamento. Ele lembrou que, juntos, os três estados do Sul são responsáveis pela assistência à saúde de cerca de 4 milhões de beneficiários, sendo que em todo o país, 17 milhões e meio de brasileiros são usuários da Unimed.

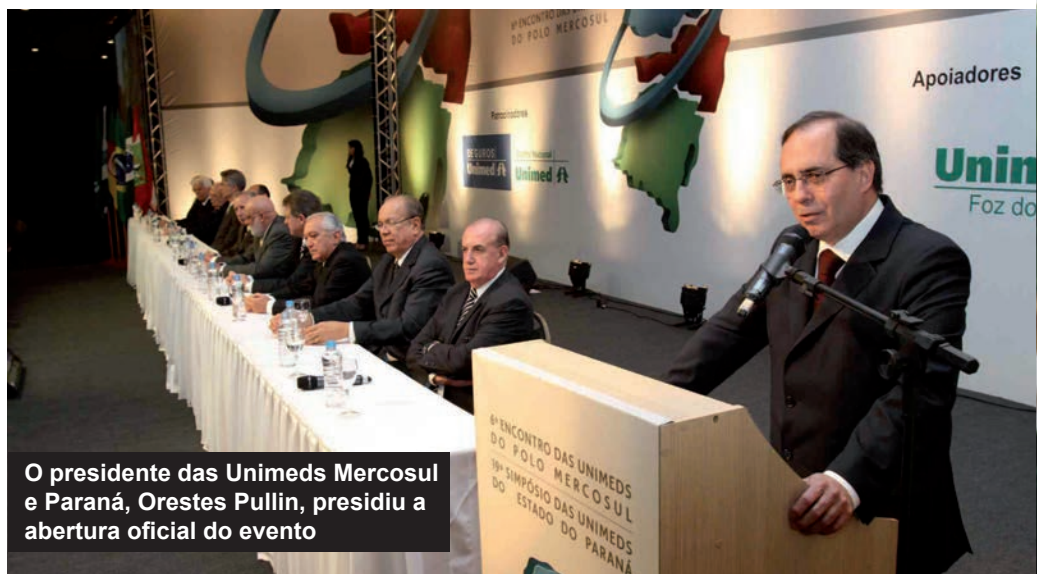
“Estamos presentes em 83% do território nacional. E esta capilaridade, só é possível, por conta da imensa maioria de pequenas e médias cooperativas Unimeds disseminadas por este Brasil afora”, destacou Pullin. “Também há que se reconhecer que o IDH dos municípios onde existem cooperativas é, de maneira geral, bem superior

do que naqueles, onde elas não existem”, acrescentou.

Em sua avaliação, a questão da saúde suplementar deve ser discutida de forma clara, dentro do contexto em que o segmento está inserido. “Discutir a realidade do momento, na saúde no País, projetar o futuro, no curto, médio e longo prazos, ainda que precariamente, devem obrigatoriamente fazer pauta das discussões dos atores de hoje”, frisou Pullin.

“O cooperativismo do Paraná vem crescendo de forma expressiva. Em relação ao Sistema Unimed, destaco três pontos importantes que estão sendo trabalhados: a profissionalização, a integração e o resgate do cooperativismo”, disse o presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski, na abertura do evento. Ele lembrou que, somente neste ano, 9.255 pessoas foram treinadas pela Unimed. “Isso representa um aumento de 56% em relação a 2010. O ramo saúde também está envolvido em mais de 100 processos de integração com outros ramos do cooperativismo. O nosso diferencial é ser uma cooperativa”, completou.

Foto: Assessoria Unimed PR



O presidente das Unimeds Mercosul e Paraná, Orestes Pullin, presidiu a abertura oficial do evento

Antes mesmo de saber o que era cooperativismo, você já acreditava na união para ter uma vida melhor.

2 de julho. Dia Internacional do Cooperativismo.

Todos os dias, o cooperativismo gera desenvolvimento e contribui para o futuro de quem se une. No mundo, mais de 800 milhões de pessoas aderiram a esse sistema. E, no Sicredi, já são mais de 1,8 milhão de associados. Parabéns a todos que acreditam na força da cooperação.

Se você acredita na força do cooperativismo, ajude a disseminar esse ideal no Twitter, escrevendo '#diadocooperativismo'.



twitter.com/sicredi_oficial

sicredi.com.br



Nova cooperativa central agroindustrial



A Copacol e a Coagru formalizaram a decisão de constituir uma cooperativa central para atuar no setor

avícola. Foi no dia 14 de junho, durante reunião realizada na sede do Sistema Ocepar, em Curitiba. Como marco do processo de intercooperação, um novo abatedouro de frangos - já em construção em Ubitatã, no Noroeste do Paraná - será a primeira unidade da nova central. O investimento é estimado em R\$ 120 milhões, com o início de industrialização previsto para o segundo semestre de 2012, abatendo 160 mil frangos/dia. As cooperativas parceiras avaliam que a planta industrial irá gerar, na pri-

meira fase do projeto, dois mil empregos diretos e abranger cerca de 400 produtores cooperados. Até o ano de 2016, com a implantação da segunda fase, o objetivo é abater 320 mil frangos/dia. A central, cujo nome será escolhido brevemente, também irá investir em uma nova fábrica de rações e na criação de uma cooperativa singular para atuar em reflorestamento, o que representa uma inovação pois o empreendimento já nasce com um projeto de sustentabilidade energética.

Capal investe R\$ 20 milhões em unidade

Foi inaugurada, no dia 17 de junho, em Taquarituba, região Sul de São Paulo, uma nova e moderna unidade de recebimento de grãos da Capal Cooperativa Agroindustrial, com capacidade de recebimento de 36 mil toneladas de grãos em uma área construída de 8,2 mil metros quadrados e investimentos de R\$ 20 milhões. A solenidade de inauguração contou com a presença do presidente da cooperativa, Erik Boch e

toda diretoria da Capal, do prefeito municipal, Miderson Zanello Mil-léo, do representante do governador de São Paulo, Frederico Dávila, do superintendente da Ocepar, José Roberto Ricken, do gerente do BRDE, Tiago Pech, vereadores e prefeitos da região. Instalada em Taquarituba desde junho de 2009, quando incorporou a cooperativa local Coreata, a Capal deu um novo dinamismo para o recebimento de grãos e forneci-

mento de ração para os 150 cooperados no município.



Batavo inaugura entreposto

Os produtores da localidade de Imbituva contam agora com um novo entreposto para recepção, beneficiamento e armazenagem de grãos, inaugurado no dia 30 de junho. A Cooperativa Batavo investiu R\$ 12 milhões no empreendimento, cuja capacidade de recebimento é de 24 mil toneladas de grãos. A nova estrutura oferece aos produtores outros benefícios, como uma ampla loja de peças e acessórios, farmácia veterinária, venda de rações e insumos. O lo-

cal é considerado estratégico, pela facilidade de acesso, atendendo a região que



se destaca na produção agropecuária. A proximidade do entreposto com as propriedades rurais deve gerar aos produtores economia em frete, já que a unidade de recebimento mais próxima até então era em Ponta Grossa, onde a Batavo possui o maior número de entrepostos. A agilidade na descarga também passa a ser um fator determinante que reforça a segurança na comercialização de grãos, resultado de um sistema estruturado e bem organizado.

Campanha Cocari Solidária vence Prêmio Andef

A Cooperativa Cocari conquistou o XIV Prêmio Andef (Associação Nacional de Defesa Vegetal), promovido em parceria com as entidades inpEV (Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias), Andav (Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários) e OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras). A Campanha Cocari Solidária venceu na categoria Responsabilidade Socioambiental. A entrega do prêmio ocorreu dia 20 de junho, no Esporte Clube Sírio, em São Paulo (SP), reunindo 490 pessoas, entre pesquisadores, profissionais das empresas participantes, representantes

de entidades do setor e órgãos do governo.

O projeto - A Campanha Cocari Solidária consiste na arrecadação de recursos financeiros a entidades de municípios em que a Cocari atua por meio da compra de uma muda nativa, ao custo de R\$ 5,00, por pessoas da comunidade que, em troca, recebem um cupom para concorrer a prêmios adquiridos pela cooperativa. As mudas nativas são produzidas por alunos da Apae (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), que foram contratados pela Cocari no Projeto Cultivando Cidadania. Na Apae de Mandaguari, 19 estudantes tiveram a



oportunidade de emprego na produção de mudas nessa parceria entre Cocari, Apae e IAP (Instituto Ambiental do Paraná). Já em Cristalina (GO), foram contratados três alunos para trabalhar na produção das mudas.

Castrolanda representa país em Washington

A Castrolanda (Carambeí/PR) foi uma das quatro cooperativas brasileiras vencedoras do "Prêmio Mundo de Respeito", juntamente com a Camda (Adamantina/SP), Coopercitrus (Jau/SP) e Coplacana (Piracicaba/SP). A premiação é uma iniciativa da DuPont, conduzida pela CropLife and Farm Chemicals International, para promover e reconhecer o manejo ambiental e operações seguras

de distribuidores de defensivos agrícolas. A Castrolanda foi a escolhida para representar as cooperativas brasileiras na cerimônia internacional de premiação, no dia 11 de junho, em Washington, nos Estados Unidos.

Ela foi a vencedora da edição 2011 do prêmio graças a um trabalho de longo prazo, que desenvolve, não somente em suas unidades, mas também nas propriedades de seus

cooperados. Entre as ações está a promoção de segurança nas operações com defensivos agrícolas e atendimento da legislação ambiental em todas as etapas das atividades agrícolas, sem se descuidar do controle da poluição atmosférica e das águas. Outra preocupação é quanto a manutenção da reserva legal e destinação correta de embalagens de defensivos agrícolas.

Coasul: 42 anos de desenvolvimento

No dia 21 de junho, a Coasul completou 42 anos de existência, com a base firme e dando passos muito importantes rumo ao constante desenvolvimento. Atualmente, ela possui mais de 4.800 cooperados, sendo que eram apenas 43 na época da fundação, tem unidades em 20 municípios, uma delas em Santa Catarina). Sediada em São João, na região Sudoeste, tem na industrialização a conquista mais im-

portante dos últimos tempos, com o início das atividades do Abatedouro de Aves Coasul, ocorrida praticamente no início deste ano. A produção de rações, que já vinha se destacando desde 2004, com a inauguração da primeira fábrica, ganhou ainda mais força com o início das operações da nova planta industrial, no ano passado, e atualmente é uma das principais atividades da Coasul.



Fórum de Mercado reúne 80 participantes

O Sistema Ocepar promoveu, no dia 10 de junho, o Fórum de Mercado 2011, em parceria com as cooperativas agropecuárias paranaenses, na sede da Agrária, em Guarapuava, região Centro Sul do Estado, com 80 participantes. Nesta edição, o evento discutiu quatro grandes temas: Tendências de Mercado para as commodities agrí-

colas - safra 2011/12; Instruções Normativas do Ministério da Agricultura sobre a classificação de trigo e milho; certificação de Unidades Armazenadoras e política de segregação do trigo. O Fórum teve como público alvo profissionais dos departamentos da área comercial e operacional das cooperativas e cooperados.



Cooperativas do PR na Exposuper

As cooperativas Frimesa, Copacol e Lar participaram, de 20 a 22 de junho, em Joinville (SC), da 24ª Feira de Produtos, Serviços e Equipamentos para Supermercados – Exposuper, considerada a maior feira de varejo de Santa Catarina. “Foram inúmeros lançamentos de produtos que as cooperativas realizaram e os estandes

delas estavam entre os melhores da Exposuper”, conta o analista técnico e econômico da Ocepar, Robson Mafioletti, que também participou do evento. Ainda de acordo com ele, foi a primeira experiência das três em atuar de forma conjunta em feiras como a de Joinville. “É um trabalho cujas discussões devem prosseguir. No iní-

cio de julho será agendada uma reunião entre os gerentes comerciais e os responsáveis pela organização dos estandes das cooperativas para fazermos um balanço sobre os serviços contratados e também ações de parceria para as próximas feiras, bem como outras ações de marketing e merchandising no ponto de venda”, afirma Mafioletti.



Coagru lança logomarca

Foi lançada a logomarca comemorativa aos 36 anos de fundação da Coagru, cuja história foi iniciada em Ubitatã no dia 13 de setembro de 1975 pelas mãos dos primeiros 36 sócios. Por

isso, a logomarca traz as fotos dos fundadores no número 3 e, no número 6, retrata as conquistas e o desenvolvimento gerado pela cooperativa ao longo dessas mais de três décadas e meia de atuação.

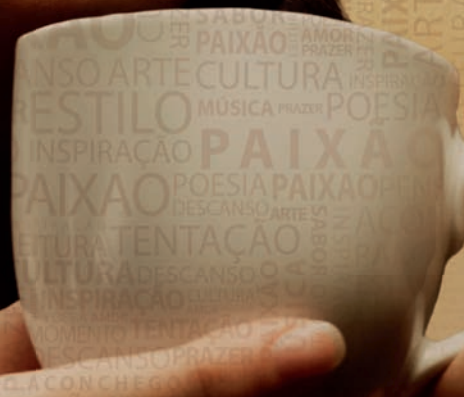


Lançamento: para beber bem quente!

Purity

Talento

Com Purity Talento
sua bebida de soja
preferida ficou ainda
mais saborosa.



Cappuccino com Canela
Bebida de Soja com Café
Cappuccino Tradicional



Bebida de Soja Purity

Lançamento
Cafés Talento

cafestalento.com.br

 **cocamar**

SESCOOP/FR

PHOTO SOLUTION

Dia 2 de julho é o Dia Internacional do Cooperativismo, movimento que gera desenvolvimento social e qualidade de vida. E, este ano, vamos falar do papel dos jovens nas cooperativas. Afinal, gente jovem adora um desafio. E o desafio do cooperativismo é transformar o mundo em um lugar melhor.

jovem

combina com

COOPERAÇÃO

que combina com

transformação.

Dia Internacional do Cooperativismo 2011



O futuro do cooperativismo.

